



Universidade Federal de Ouro Preto
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas
Departamento de Serviço Social

Monografia

**O DESENVOLVIMENTO DE POTENCIALIDADES HUMANAS E OS LIMITES
IMPOSTOS PELO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA: esboço de uma análise.**

Raquel Meineck Teixeira Rossato de Araújo

Mariana-MG

2022

Raquel Meineck Teixeira Rossato de Araújo

**O DESENVOLVIMENTO DE POTENCIALIDADES HUMANAS E OS LIMITES
IMPOSTOS PELO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA: esboço de uma análise.**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Orientador: Prof. Dr. Roberto Coelho do Carmo

Mariana-MG

2022

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

A663d Araujo, Raquel Meineck Teixeira Rossato de.

O desenvolvimento das potencialidades humanas e os limites impostos pelo modo de produção capitalista [manuscrito]: esboço de uma análise. / Raquel Meineck Teixeira Rossato de Araujo. - 2022. 60 f.

Orientador: Prof. Dr. Roberto Coelho do Carmo.

Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Graduação em Serviço Social .

1. Classes sociais. 2. Trabalho. 3. Ideologia. 4. Divisão do trabalho. I. Carmo, Roberto Coelho do. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 316.342.214

Bibliotecário(a) Responsável: Edna da Silva Angelo - CRB6 2560



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
REITORIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL



FOLHA DE APROVAÇÃO

Raquel Meineck Teixeira Rossato de Araújo

O DESENVOLVIMENTO DE POTENCIALIDADES HUMANAS E OS LIMITES IMPOSTOS PELO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA: esboço de uma análise

Monografia apresentada ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social

Aprovada em 04 de janeiro de 2022

Membros da banca

Dr. Roberto Coelho do Carmo - Orientador - Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)
Dra. - Maria Fernanda Escurra - Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
Dr. - Alexandre Aranha Arbia - Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Dr. Roberto Coelho do Carmo, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 14/01/2022



Documento assinado eletronicamente por **Roberto Coelho do Carmo**, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR, em 17/01/2022, às 10:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0268919** e o código CRC **AE0C2666**.

Referência: Caso responda este documento, indicar expressamente o Processo nº 23109.000616/2022-91

SEI nº 0268919

R. Diogo de Vasconcelos, 122, - Bairro Pilar Ouro Preto/MG, CEP 35400-000
Telefone: - www.ufop.br

*Aos meus avós, Maria Emília,
Aríbio, Nair e Antônio Vicente (in
memoriam)*

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Arilce e Reginaldo, por terem participado ativamente da minha jornada e nunca medirem esforços para que eu chegasse ao final de minha graduação, vocês são meus alicerces no mundo. A meu irmão, Pedro Augusto, pela parceria ao longo vida e por ter pago a multa da biblioteca.

Aos meus padrinhos, Betânia, Cacildo, Vanda e Maurício, que apesar da distância sempre me passaram a certeza de que posso contar com eles.

Ao meu namorado, Lucas, que acompanhou de perto todas as crises de ansiedade e choro. A vida é mais leve ao seu lado.

Às minhas amigadas, que durante a graduação foram fonte de respiro e afago, em especial à Aninha, Amnésia, Draga, Dramin, Hammy, Padoka, Iscurrega, Felícia, Taci e Kiaba. Ao Lucas Baptista, pelo companheirismo e acolhida na vida e no início de meu estágio em Belo Horizonte.

À República Desapego, onde tive a oportunidade de compartilhar, com mulheres singulares, muitos prazeres e amargores. De mãos dadas somos sempre mais fortes. Às Repúblicas Navio Pirata, Oxigênios e Partenon, por toda a amizade e distração, seja nos rocks ou nos cafés da tarde.

À Vanessa Couto, exemplo de Assistente Social comprometida e dedicada, por ampliar meus horizontes, proporcionar trocas valiosíssimas e uma vivência única do campo de estágio. À Rafa e à Ludi, companheiras com quem compartilhei angústias e vivências sobre o espaço contraditório que é o Judiciário.

À UFTM e a UFOP pelo ensino gratuito e de qualidade. Aos professores Ricardo Nachmanowicz, Raquel Mascarenhas, Cláudio Horst e Rafaela Fernandes, cuja didática sempre me deixou de queixo caído.

Ao *dýnamis* e ao GEPTSSS pelas ricas discussões que sem dúvida contribuíram para a construção deste trabalho.

Ao Roberto, por ter encarado a temática de peito aberto, e que mesmo com os limites impostos pelo ensino remoto, sempre acolheu minhas demandas e angústias com muita paciência, escutou meus devaneios, sugeriu caminhos, proporcionou trocas incríveis e nunca cerceou minha liberdade de expressão. Sem você este trabalho não seria possível.

Ao Alexandre, por ter despertado em mim a sede e curiosidade pela pesquisa e por ter compartilhado sua paixão pelos estudos marxianos. Este trabalho não seria o mesmo se não passasse pelo seu crivo.

À Prof^ª.Dra. Maria Fernanda Escurra, por sua generosidade e disponibilidade ao aceitar participar da banca examinadora. É uma honra poder contar com suas intervenções.

E por fim, como todo trabalho é fruto de um trabalho passado, não poderia deixar de expressar aqui a minha gratidão aos autores e autoras cujas obras utilizei para embasar este estudo. A vocês toda a minha admiração e respeito.

*“Ontem um menino que brincava me falou
Hoje é semente do amanhã
Para não ter medo que este tempo vai passar
Não se desespere e nem pare de sonhar
Nunca se entregue, nasça sempre com as manhãs
Deixe a luz do sol brilhar no céu do seu olhar
Fé na vida, fé no homem, fé no que virá
Nós podemos tudo, nós podemos mais
Vamos lá fazer o que será.”*

(Nunca pare de sonhar, Gonzaguinha)

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso em Serviço Social trata-se de um estudo bibliográfico, baseado na teoria marxiana/marxista, que busca se aproximar, em linhas gerais, do desenvolvimento das potencialidades humanas em sua plenitude e os limites impostos pela sociabilidade burguesa, trazendo em um último momento o enfoque na particularidade brasileira. O desenvolvimento das forças produtivas e a divisão do trabalho ao longo da história, permitiram que o homem ultrapassasse suas barreiras naturais. Tornou-se possível, então, que o sujeito direcionasse suas determinações teleológicas a outras atividades, transformando sua natureza e adquirindo novas habilidades. Sob a ordem burguesa, entretanto, alguns limites estão interpostos para o desenvolvimento de um avanço contínuo e revolucionário dessas habilidades, tais como a divisão da sociedade em classes, a cisão entre o produtor e os meios de trabalho, o estranhamento, a centralidade do trabalho assalariado no capitalismo e a ideologia. Esses entraves fazem com que o indivíduo não desfrute de suas potencialidades, ou melhor dizendo, tenha seu potencial limitado.

Palavras-chave: potencialidades; indivíduo; trabalho; objetividade; subjetividade; estranhamento; ideologia; classes sociais; formação sócio-histórica brasileira;

ABSTRACT

The present course completion work in Social Work is a bibliographical study, based on marxian/marxist theory, which seeks to approximate, in general terms, the development of human potential in its fullness and the limits imposed by bourgeois sociability, bringing in a last moment the focus on the Brazilian particularity. The development of productive forces and the division of labor throughout history allowed man to overcome his natural barriers. It became possible, then, for the subject to direct his teleological determinations to other activities, transforming his nature and acquiring new skills. However, under the bourgeois order, some limits are placed for the development of a continuous and revolutionary advance of these skills, such as the division of society into classes, the split between the producer and the means of work, the estrangement, the centrality of work wage earner in capitalism and ideology. These obstacles make the individual not enjoy his potential, or better said, have his potential limited.

Keywords: potentials; individual; work; objectivity; subjectivity; strangeness; ideology; social classes; brazilian socio-historical formation;

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1. O DESENVOLVIMENTO DE POTENCIALIDADE HUMANAS	12
1.1 Objetividade e Subjetividade	14
1.2. O trabalho e práxis sociais	19
1.3. O desenvolvimento de potencialidades e a transformação de sociedades ou vice versa	29
Capítulo 2. LIMITES COLOCADOS PELO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA AO DESENVOLVIMENTO DE POTENCIALIDADES	36
2.1. Os meios de produção	36
2.2. Impactos sobre a consciência	42
2.3 Consciência de Classe	46
2.4. A particularidade brasileira	54
CONSIDERAÇÕES FINAIS	60
REFERÊNCIAS	63

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é fruto dos anos de minha formação em Serviço Social, processo que, em meio a descobertas incríveis e angustiantes, teve papel significante na transformação de minha subjetividade. Desde os primeiros períodos da graduação, ainda na Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), tive contato com a teoria marxista. A essência do mundo foi aos poucos sendo apresentada e a curiosidade sobre tais estudos teve ali sua semente plantada. Em 2017, iniciei meus estudos na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), e a semente foi regada pelas disciplinas que se seguiram e começou a brotar quando realizei minha iniciação científica. Dali em diante a árvore cresceu.

Os estudos da teoria marxista/marxiana durante a graduação de Serviço Social, principalmente naquelas disciplinas em que a “ontologia” era abordada, mas também nos grupos de estudos que participei, aqui destaco o Grupo de Estudo em Teoria Social e Crítica da Economia Política- *dýnamis*, e Grupo de Estudo e Pesquisa em Trabalho, Saúde e Serviço Social (GEPTSSS), me possibilitaram ter acesso, mesmo que minimamente, ao que a humanidade pode ser (potência) e o porque ela não é. Entretanto, a questão dos “indivíduos” e da construção da subjetividade dos mesmos sempre parecia ficar de escanteio, na maioria das vezes - e não que eu me oponha a isso - era subsumida às "classes sociais". A problemática deu vazio ao objeto dessa pesquisa “O desenvolvimento de potencialidades humanas em meio a sociabilidade burguesa” onde em um primeiro momento tento colocar os caminhos para o desenvolvimento do indivíduo enquanto potência e em um segundo momento dediquei-me a colocar os entraves colocados pelo modo de produção capitalista que impedem com que essa potência transforme-se em ato.

O primeiro capítulo relaciona-se não só, mas também, com o período de isolamento no início da pandemia de coronavírus em março de 2020, onde dispus de um tempo que antes era consumido para a capacitação de minha força de trabalho enquanto futura assistente social. Ali eu descobri uma potencialidade que até então estava adormecida e o mundo do bordado livre, ao acaso, se apresentou. Sem pretensão alguma, peguei um tecido que estava escondido no fundo do meu guarda roupa, um antigo bastidor da minha avó, desenhei uma flor qualquer e bordei. Naquele momento eu ainda não dominava as técnicas, não sabia o nome dos pontos, somente preenchi o espaço das pétalas com linha. Com o passar dos dias, procurei os meios para que minha atividade fosse refinada e novas potencialidades foram adquiridas. Esse lapso temporal fomentou o desejo de estudar a temática e ressaltou

minhas angústias por saber que a dinâmica capitalista não possibilita que o conjunto de indivíduos venha a explorar suas habilidades livremente, pelo contrário, submete essas habilidades à produção mercantil que no modo produção capitalista ganha especificidades que limitam ainda mais o potencial dos indivíduos. Tais inquietudes deram vazão à construção do segundo capítulo, e foram reforçadas já no início de meu estágio no Tribunal de Justiça de Minas Gerais - Juizado Especial Criminal de Belo Horizonte, campo em que tive contato com diversas expressões da questão social, dentre elas a violência. Ao me deparar com situações de agressões, na maioria das vezes dos pais para com os filhos, questionava: Se essa pessoa tivesse mais tempo para dedicar-se ao desenvolvimento de suas potencialidades afetivas, essa relação paterno-filial seria modificada? A necessidade de sobreviver recai sempre como um objetivo primeiro na vida dos indivíduos, sugando todas as energias dos trabalhadores e trabalhadoras brasileiros, teriam eles condições materiais e mentais para desenvolverem seu potencial de forma plena? Esses questionamentos me levaram a expor, mesmo que de maneira breve, a particularidade da formação sócio-histórica brasileira e como a mesma rebate na vida dos indivíduos que aqui constroem suas famílias.

CAPÍTULO 1. O DESENVOLVIMENTO DE POTENCIALIDADE HUMANAS

A ambição que se coloca para este trabalho final é grande. Sabemos disso e também dos limites das poucas linhas que se seguem para tal empreendimento. Aqui, buscaremos entender um pouco mais sobre o desenvolvimento das potencialidades humanas. Tal como a semente, em ato, é árvore em potencial, ou fruto, ou madeira para casas e mobílias, etc., analisar o potencial humano significa entender o homem em ato, o homem histórico, para assim podermos delinear qualquer postulação. Em outras palavras, entender o potencial humano, significa entender o próprio homem, como já dissera o grande Karl Marx. A teoria marxiana nos possibilita traçar tal caminho, a partir do momento que Marx rompe com a concepção idealista de mundo a qual pertencia toda a filosofia, e faz sua crítica ontológica. É necessário dedicarmos um pedaço deste trabalho a tal ruptura, afinal, através dela, Marx ressignifica a relação sujeito-objeto que será o ponto de partida para nossos estudos acerca do ser e de sua subjetividade.

A virada radical no pensamento marxiano se inicia em *Sobre a questão judaica* (1943) quando Marx começa a tecer críticas aos seus próprios escritos da *Gazeta Renana*. Marx se afasta da redação do jornal e inicia seus estudos imanentes sobre a filosofia do direito de Hegel. (CHASIN, 2009)

Feuerbach é o único que tem para com a dialética Hegeliana um comportamento sério, crítico, e [o único] que fez verdadeiras descobertas nesse domínio, [ele é] em geral o verdadeiro triunfador [Überwinder] da velha filosofia”. A declaração, enfática e cristalina, tributa a Feuerbach o mérito da ruptura com o pensamento hegeliano (...) (MARX, 2004, p.16, *apud* CHASIN, 2009, p. 56)

A partir de então, Marx começa a desenvolver seu próprio pensamento, e tem o flerte inicial com a ontologia principalmente expresso na revisão da obra *Crítica da filosofia do direito de Hegel*, onde estabelece sua crítica ao Estado Racional.

Minha investigação desembocou no seguinte resultado: relações jurídicas, tais como formas de Estado, não podem ser compreendidas nem a partir de si mesmas, nem a partir do assim chamado desenvolvimento geral do espírito humano, mas pelo contrário, elas se enraízam nas relações materiais da vida, cuja totalidade foi resumida por Hegel sob o nome de “sociedade civil”, seguindo os ingleses e franceses do século XVIII; a anatomia da *bürgerliche Gesellschaft* [sociedade civil ou burguesa] deve ser procurada na economia política]. (MARX, 1859 *apud* CHASIN, 2009, p. 57)

A partir desse momento Marx faz sua “viragem ontológica”.

É o início do traçado de uma nova posição ontológica, que os textos subsequentes - de *Sobre a questão judaica* (1843) às *Glosas marginais* ao

‘Tratado de economia política’ de Adolf Wagner (1880) - confirmam, reiteram e desenvolvem num largo processo de elaboração. (CHASIN, 2009, p.57)

A subjetividade do/no autor é modificada o que permite com que ele faça a sua crítica ontológica, respaldada em critérios objetivos, não mais especulativos. (CHASIN, 2009) Marx começa a identificar o processo de *espelhamento*¹ e rompe com a “coisa da lógica” para então dedicar-se à “lógica da coisa”, onde a ontologia aparece como elemento central e a questão gnosiológica fica de escanteio.

(...) nessa viragem a polarização excludente entre a formação real, o complexo estatal concreto, do qual é reclamada a efetiva reprodução teórica – a captura da “lógica da coisa”, e a formação ideal de natureza especulativa, que dissipa e desnatura as “determinações existentes”, em seu reducionismo abstrativamente à “coisa da lógica”. Os dois movimentos aquisitivos são simultâneos e entrelaçados, mas nem que desapareça o momento predominante do ontológico sobre o gnosiológico, (...) as “determinações existentes” não são passíveis de reprodução intelectual pelos andamentos a priori de qualquer configuração da lógica, e não podem conviver com démarche especulativa. (CHASIN, 2009, p. 59)

A política perde a centralidade e o caráter ontopositivo que teve ao longo de toda a história da filosofia e o complexo da revolução humana ganha espaço nas produções marxianas. (CHASIN, 2009)

A relação ontológica que Marx estabelece entre sujeito e objeto, está presente nos *Manuscritos econômicos-filosóficos* e na *Ideologia Alemã*, onde “os sujeitos, então, serão determinados como os homens ativos e os objetos enquanto atividade sensível.” (CHASIN, 2009, p.91).

É primordial compreendermos bem a crítica de Marx ao materialismo antigo, presente em sua maioria nas teses “Ad Feuerbach”, que foram traduzidas e citadas várias vezes e que caíram também no diapasão gnosiopistêmico, oriundo de uma cultura antiontológica de duzentos anos. Entretanto, aqui o enfoque não é a problemática

¹ “No espelhamento da realidade a reprodução se destaca da realidade reproduzida, coagulando-se numa “realidade” própria na consciência. Pusemos entre aspas a palavra realidade porque, na consciência, ela é apenas reproduzida; nasce uma nova forma de objetividade, mas não uma realidade, e – exatamente em sentido ontológico – não é possível que a reprodução seja semelhante àquilo que ela reproduz e muito menos idêntica a isso. Pelo contrário, no plano ontológico o ser social se subdivide em dois momentos heterogêneos, que do ponto de vista do ser não só estão diante um do outro como heterogêneos, mas são até mesmo opostos: o ser e o seu espelhamento na consciência.” (LUKÁCS, 2013, p.50)

gnosioepistêmica, mas sim a relação sujeito-objeto, onde o materialismo antigo possui “uma lacuna ontológica”. (CHASIN, 2009)

Para este materialismo a realidade é apenas exterioridade, multiverso contraposto ao sujeito, que este pode mentalizar, não havendo qualquer outro vínculo entre objetividade e subjetividade, que restam oclusas e imobilizadas no isolamento de suas distintas esferas. Essa concepção de mundo bipartido em objetos e intuições desconhece, por tanto, a atividade sensível. (CHASIN, 2009, p.97)

Feitas estas considerações iniciais sobre a virada ontológica de Marx, e que também deve orientar nossa leitura de mundo, buscaremos aprofundar nossa compreensão da objetividade e subjetividade, pedra de toque para nossa trajetória de investigação.

1.1 Objetividade e Subjetividade

O pequeno caminho feito até aqui foi necessário, enquanto um pontapé inicial para o item que aqui se inicia, compreender objetividade e subjetividade de um ponto de vista ontológico, tal como Marx faz, é fundamental para o objetivo dessa pesquisa.

A subjetividade é reconhecida na possibilidade de ser coisa no mundo e a objetividade de coisas possíveis, onde o sujeito se confirma pela exteriorização sensível, na qual dá forma à sua subjetividade, e o objeto se diversifica nos limites de suas capacidades de adaptação para ser outro. Sujeito e objeto se delimitam na relação onde se realiza o objetivo do primeiro através das possibilidades de reconfiguração do segundo, uma vez que o sujeito muda a direção e a finalidade do objeto. Em outras palavras, as coisas não se manifestam na realidade por geração espontânea, é necessário que o homem interfira. Aqui faz-se necessário ater-se a dois momentos anteriores à prática: a teleologia e a capacidade cognitiva, para então tomar por direcionamento a problemática do conhecimento (CHASIN, 2009) e, no bojo do que estamos procurando investigar, o homem em potência, aquele que não possui limites para realizar-se no mundo, para posteriormente- no capítulo seguinte- pensarmos o indivíduo histórico, o homem em ato, uma forma de ser assumida em um determinado momento, que possui uma potência condicionada pelas determinantes históricas do período em que vive, mais especificamente do modo de produção capitalista.

Ao contrário de qualquer abordagem sob critério gnosiológico, em que um pré-discurso nesse diapasão pretende fundamentar o discurso propriamente

dito a respeito do objeto, no pensamento marxiano o tratamento ontológico dos objetos, sujeito incluso, não é imediato e independente, como autoriza e fundamenta o exame da problemática do conhecimento. O exame desta é que depende de critério ontológico, e só por meio deste é que pode ser concebida em seu lugar próprio e na malha das relações devidas que propiciam sua adequada investigação. Lugar derivado e subsequente na ordem dos discursos, uma vez que o conhecimento, sendo, entre outras, uma relação específica entre sujeito e objeto, pressupõe para efeito de sua abordagem a determinação preliminar das figuras obrigatórias nele envolvidas, o que promove sua inserção na rede das correlações em geral entre sujeito e objeto, facultando ser determinado em sua especificidade e em condições reais de possibilidade. (CHASIN, 2009, p.101;102)

Através do trabalho o indivíduo consegue se distanciar das barreiras naturais e tornar-se autônomo. Não é mais refém da natureza, mas começa a dominá-la e nela coloca toda a sua intencionalidade. No ser-em-si do algodão não há nenhuma intencionalidade de tornar-se tecido e de ser bordado, isso é feito pelo o sujeito-tecelão e bordadeira que conhece as propriedades daquele objeto e o adequa para que o seu trabalho possa ser realizado.

Antes de mais nada é necessário que o sujeito se desdobre sobre a investigação dos meios,² a fim de que consiga transformar a causalidade natural dos objetos em causalidade posta. Através dessa investigação o indivíduo que trabalha se associa ao conhecimento procurando conhecer aquele objeto de todas as formas possíveis para que obtenha sucesso em seu produto final, caso ao contrário o fim será trágico e o produto espelhado em sua mente não será o fim do processo de trabalho.

(...) a simples subordinação dos meios ao fim não é tão simples como parece à primeira vista. Nunca se deve perder de vista o fato simples de que a possibilidade de realização ou o fracasso do pôr do fim depende absolutamente de até qual ponto se tenha, na investigação dos meios, conseguido transformar a causalidade natural em uma causalidade – falando em termos ontológicos – posta. O pôr do fim nasce de uma necessidade humano-social; mas, para que ela se torne um autêntico pôr de um fim, é necessário que a investigação dos meios, isto é, o conhecimento da natureza, tenha chegado a certo estágio adequado; quando tal estágio ainda não foi alcançado, o pôr do fim permanece um mero projeto utópico, uma espécie de sonho, como o voo foi um sonho desde Ícaro até Leonardo e até um bom tempo depois. (LUKÁCS, 2013, p. 44)

Em estágios ditos mais primitivos do desenvolvimento humano o conhecimento estava atrelado às propriedades naturais de um determinado objeto, uma vez que o saber ainda era simples em termos de complexidade. Isso fazia com que as habilidades até então

²“Em suma, o ponto no qual o trabalho se liga ao surgimento do pensamento científico e ao seu desenvolvimento é, do ponto de vista da ontologia do ser social, exatamente aquele campo por nós designado como investigação dos meios.” (LUKÁCS,2013,p.44)

desenvolvidas também fossem simples. Então para que se compreenda melhor o conjunto de potencialidades humanas devemos investigar como o pôr teleológico se desenvolveu ao longo da história, uma vez que ao passo que ele se desenvolve o indivíduo também se desenvolve.

As diferenças decisivas surgem porque o objeto e o meio de realização do pôr teleológico se tornam sempre mais sociais. Isso não significa, como sabemos, que a base natural desapareça; apenas que aquela orientação exclusiva para a natureza, característica do trabalho na forma por nós tratada, é substituída por intenções sempre mais sociais e, ao mesmo tempo, voltadas para mais objetos. No entanto, mesmo que, em tais pores, a natureza se torne apenas um momento, é necessário manter diante dela aquela atitude que se tornou necessária no trabalho. Acrescenta-se aí, no entanto, um segundo momento. Certamente os processos, as situações etc. sociais são, em última análise, gerados por decisões alternativas dos homens, mas não se deve esquecer que eles só podem tornar-se socialmente relevantes quando põem em marcha séries causais que se movem mais ou menos independentemente dos propósitos de seu ser posto, de acordo com suas legalidades próprias e imanentes. Por isso, o homem que age de modo prático na sociedade encontra diante de si uma segunda natureza, em relação à qual, se quiser manejá-la com sucesso, deve comportar-se da mesma forma que com relação à primeira natureza, ou seja, deve procurar transformar o curso das coisas, que é independente de sua consciência, num fato posto por ele, deve, depois de ter-lhe conhecido a essência, imprimir-lhe a marca da sua vontade. Isso é, no mínimo, o que toda práxis social razoável tem de extrair da estrutura originária do trabalho. (LUKÁCS, 2013, p.110)

O pôr teleológico se mantém, somente é refinado e se modifica à medida que o objeto de sua transformação também se modifica e “o momento predominante não é mais a transformação da natureza, *mas a transformação dos homens.*” (LUKÁCS, 2013, p.111 *grifo nosso*). A forma como os indivíduos produzem e se reproduzem determina quais as potencialidades serão desenvolvidas e para compreendermos essa questão precisamos partir de um processo histórico, socialmente determinado.

A relação sujeito-objeto estabelece o tom do processo de trabalho e também a forma como esse sujeito adquire potencialidades ao dominar esse objeto, desenvolvendo assim sua subjetividade. Entretanto, para que essa subjetividade seja explorada deve o sujeito estar consciente para atuar em sua realidade a transformando de acordo com as condições objetivas que são colocadas.

Na interação sujeito/objeto, o homem modifica a si mesmo e o entorno, constrói objetiva e subjetivamente, forma o mundo e sua personalidade. Os processos de individuação não poderiam se dar de outro modo que não pela inserção do homem no mundo. Estão profundamente conectados ao tempo do homem no mundo, ao seu fazer real e concreto. (ARBIA, 2017, p.154-155).

Marx, ao tratar da *fundamentação social do pensamento*, expõe que este está ligado, antes de mais nada, a uma atividade sensível, mesmo sendo uma formação ideal, só é possível pensar, quando o homem se relaciona com outrem, ou seja, o homem é, antes de qualquer outra categoria que possamos aqui atribuir, *ser social*. Não só o pensamento, mas também a consciência e a linguagem nascem de uma necessidade real de estabelecermos relações com outros homens, e são nessas relações que se dá a beleza do debate aqui proposto. Nas palavras do filósofo José Chasin,

(...) atividade real é atividade social. O pensamento tem caráter social porque sua atualização de um predicado do homem, cujo ser é, igualmente, atividade social. Na universalidade ou na individualidade de cada modo de existência teórica- cientista, pensador, etc.- o pensamento é atividade social, inclusive pelos materiais e instrumentos empregados. Em síntese, consciência, saber, pensamento, etc., sob qualquer tipo de formação ideal, das mais gerais às mais específicas, da mais individualizada à mais genérica, dependem do ser da atividade sensível, socialmente configurado, ao qual com qual confirmam por sua atividade abstrata, igualmente social. (CHASIN, 2009, p.106)

Para Lukács (2013), o processo de transformação do homem que trabalha está associado ao domínio de sua própria consciência, é necessário verificar conscientemente cada passo do espelhamento para que se obtenha o melhor resultado possível, seja ele orientado por um pôr teleológico primário ou secundário. Ou seja, o domínio da consciência possibilita que o homem consiga desenvolver suas competências manuais, artísticas e até mesmo afetivas e além disso, e talvez o mais importante, possibilita também o afastamento das barreiras naturais, mesmo que essas não possam ser extintas, afinal o indivíduo não deixa de ser um ser natural que precisa se reproduzir biologicamente. A questão é que o processo de humanização suscita o controle da consciência e abordado por uma perspectiva ontológica, desemboca em algo primordial ao tratarmos do desenvolvimento histórico-social: a liberdade.

Para tentar esclarecer, mesmo com essas necessárias ressalvas, a gênese ontológica da liberdade a partir do trabalho, temos de partir, tal como corresponde à natureza da questão, do caráter alternativo dos pores teleológicos nele existentes. (...) em primeiro lugar, o fundamento da liberdade consiste, se pretendemos falar racionalmente dela como momento da realidade, em uma decisão concreta entre diversas possibilidades concretas; se a questão da escolha é posta num nível mais alto de abstração que a separa inteiramente do concreto, ela perde toda sua relação com a realidade e se torna uma especulação vazia. Em segundo lugar, a liberdade é – em última instância – um querer transformar a realidade (o que, em determinadas circunstâncias, inclui a conservação das coisas como estão), o que significa que a realidade, enquanto finalidade da transformação, não pode

deixar de estar presente mesmo na abstração mais ampla. (LUKÁCS, 2013, p.101)

Liberdade e *dýnamis*³ se relacionam em uma quase simbiose, as duas são conquistadas simultaneamente, assim dizendo, em termos iniciais, para termos liberdade é necessário o domínio do maior número de cadeias causais. Escolhas conscientes transformam a natureza do sujeito a medida em que este transforma a realidade, um ser livre é conseqüentemente um ser que estimula suas habilidades

(...) quanto maior for o conhecimento das cadeias causais que operam em cada caso, tanto mais adequadamente elas poderão ser transformadas em cadeias causais postas, tanto maior será o domínio que o sujeito exerce sobre elas, ou seja, a liberdade que aqui ele pode alcançar. A partir de tudo isso, fica claro que toda decisão alternativa constitui o centro de um complexo social que conta com a determinidade e a liberdade entre os seus componentes dinâmicos. O pôr de um fim com o qual o ontologicamente novo aparece enquanto ser social é um ato nascente de liberdade, uma vez que caminhos e meios para a satisfação de necessidades não são mais efeitos de cadeias causais espontaneamente biológicas, mas resultados de ações decididas e executadas conscientemente. (LUKÁCS,2013,p.101)

Com o que discutimos até aqui, a relação dialética estabelecida entre objetividade e subjetividade provoca transformações ao indivíduo, direcionando o desenvolvimento de habilidades humanas, bem como as mudanças colocadas no mundo. Cabe-nos agora aprofundarmos em alguns passos fundamentais para que isso se materialize.

1.2. O trabalho e práxis sociais

Como abordado até agora, o desenvolvimento de potencialidades humanas acontece à medida em que o sujeito modifica seu objeto através do domínio sobre sua consciência e cadeias causais, transformando também sua subjetividade. Agora, é imperioso tratar o processo de trabalho enquanto atividade fundamental, enquanto um modelo para que outras práxis sociais se desenvolvam.

³Aristóteles reconhece corretamente a constituição ontológica do pôr teleológico quando estabelece um vínculo indissolúvel da essência desta e a concepção de *dýnamis*; assim, define a potência (*dýnamis*) como a “faculdade de levar a bom termo determinada coisa e de executá-la de acordo com a própria intenção” e logo depois concretiza assim essa determinação: Com efeito, precisamente em virtude desse princípio, mediante o qual o objeto passivo sofre alguma alteração, dizemos que ele tem a potência de sofrê-la, tanto no caso em que ele possa sofrer alguma alteração como no caso em que ele possa não sofrer nenhuma, mas apenas aquela que tende para o melhor; (potência também se chama) a faculdade de levar a bom termo determinada coisa e de executá-la de acordo com aquilo que se pretende: com efeito, às vezes, quando vemos que certas pessoas caminham ou falam, mas não realizam bem essas ações e nem como elas mesmas quereriam, dizemos que elas não têm a “potência” ou a capacidade de falar ou de andar. (ARISTÓTELES *apud* por LUKÁCS, 2013, p.52)

É retomando o caráter mais simples do trabalho e resgatando a ontologia do ser social que é possível compreender quem é o indivíduo, não o indivíduo burguês⁴, e sim de um indivíduo que desfruta de tempo, que se relaciona com a natureza, que a domina para satisfazer as suas necessidades, sejam elas do estômago ou do espírito, transformando sua potência em ato.

O que nos faz únicos? O que nos difere dos outros animais enquanto espécie? Qual o ponto de partida que faz o ser humano se desenvolver enquanto uma potência capaz de transformar tudo o que está ao seu redor? O *trabalho*⁵. Transformar couro em bota, linha em tecido, barro em tijolo e tijolo em casa, grão de café em café moído e depois filtrado, nada disso existiria se não fosse o trabalho, que

(...) é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como com uma potência natural [Naturmacht]. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências que nela jazem latentes e submete o jogo de suas forças a seu próprio domínio. (MARX, 2013, p.327)

O indivíduo, através do trabalho, consegue se apropriar do grão de café enquanto uma matéria natural e o modifica afim de que consiga satisfazer a necessidade de tomar um café quentinho. O grão não se transforma em pó sem o intermédio do homem com a natureza e é através desse intermédio que - o gênero humano- transforma o mundo e desenvolve potencialidades.

O mundo como se aparenta é impensável sem esta ação antrópica, seja nas ações ditas mais “simples” como apanhar uma maçã para satisfazer uma necessidade alimentar, ou nas mais “complexas” como o cultivo em grande escala de um pomar de maçãs. Na verdade,

⁴ O “indivíduo burguês” será abordado no capítulo seguinte.

⁵ “Considerando que nos ocupamos do complexo concreto da socialidade como forma de ser, poder-se-ia legitimamente perguntar por que, ao tratar desse complexo, colocamos o acento exatamente no trabalho e lhe atribuímos um lugar tão privilegiado no processo e no salto da gênese do ser social. A resposta, em termos ontológicos, é mais simples do que possa parecer à primeira vista: todas as outras categorias dessa forma de ser têm já, em essência, um caráter puramente social; suas propriedades e seus modos de operar somente se desdobram no ser social já constituído; quaisquer manifestações delas, ainda que sejam muito primitivas, pressupõem o salto como já acontecido. Somente o trabalho tem, como sua essência ontológica, um claro caráter de transição: ele é, essencialmente, uma inter-relação entre homem (sociedade) e natureza, tanto inorgânica (ferramenta, matéria-prima, objeto do trabalho etc.) como orgânica, inter-relação que pode figurar em pontos determinados da cadeia a que nos referimos, mas antes de tudo assinala a transição, no homem que trabalha, do ser meramente biológico ao ser social.” (LUKÁCS, 2013, p. 35)

o próprio homem é impensável sem essa relação. Através do trabalho o homem não só se adapta ao ambiente em que vive, mas o cria, reproduzindo e transformando a si mesmo.

Pressupomos o trabalho numa forma em que ele diz respeito unicamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e uma abelha envergonha muitos arquitetos com a estrutura de sua colmeia. Porém, o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que o primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera. No final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, portanto, um resultado que já existia idealmente. (MARX, 2013, p.327)

Então o trabalho, enquanto uma atividade teleológica, possibilita que o ser humano pense em uma finalidade para determinado objeto, olhe para um tecido e através do espelhamento, imagine sua finalidade enquanto um quadro de bordado livre pendurado na parede. Uma vez feito esse planejamento, através dos meios de trabalho⁶ (agulha e bastidor) é possível transformar o objeto/matéria prima⁷ (tecido e linha) em um produto final (quadro bordado).

No processo de trabalho, portanto, a atividade do homem, com ajuda dos meios de trabalho, opera uma transformação do objeto do trabalho segundo uma finalidade concebida desde o início. O processo se extingue no produto. Seu produto é um valor de uso, um material natural adaptado às necessidades humanas por meio da modificação de sua forma. O trabalho se incorporou a seu objeto. (MARX, 2013, p.330)

O indivíduo, quando detém os meios de trabalho, consegue mudar a ordem causal presente da natureza, um tronco não é mais um tronco, é um banquinho, uma vez que “o homem que trabalha pode inserir as propriedades da natureza, as leis do seu movimento, em combinações completamente novas e atribuir-lhes funções e modos de operar completamente novos.” (LUKÁCS, 2013, p.42)

⁶ “O meio de trabalho é uma coisa ou um complexo de coisas que o trabalhador interpõe entre si e o objeto do trabalho e que lhe serve de guia de sua atividade sobre esse objeto. Ele utiliza as propriedades mecânicas, físicas e químicas das coisas para fazê-las atuar sobre outras coisas, de acordo com o seu propósito. O objeto de que o trabalhador se apodera imediatamente – desconsiderando-se os meios de subsistência encontrados prontos na natureza, como as frutas, por exemplo, em cuja coleta seus órgãos corporais servem como únicos meios de trabalho – é não o objeto do trabalho, mas o meio de trabalho.” (MARX, 2013, p.328)

⁷ “Todas as coisas que o trabalho apenas separa de sua conexão imediata com a totalidade da terra são, por natureza, objetos de trabalho preexistentes. Assim é o peixe, quando pescado e separado da água, seu elemento vital, ou a madeira que se derruba na floresta virgem, ou o minério arrancado de seus veios. Quando, ao contrário, o próprio objeto do trabalho já é, por assim dizer, filtrado por um trabalho anterior, então o chamamos de matéria-prima, como, por exemplo, o minério já extraído da mina e que agora será lavado. Toda matéria-prima é objeto do trabalho, mas nem todo objeto do trabalho é matéria-prima. O objeto de trabalho só é matéria-prima quando já sofreu uma modificação mediada pelo trabalho.” (MARX, 2013, p.328)

No que diz respeito a potência, objeto primordial dessa pesquisa, qualquer indivíduo a dispõe, ela só precisa ser executada, explorada, colocada em movimento de acordo com a intenção de seu possuidor. Ela está ali, adormecida, só precisa ser acordada.

Você que está lendo essa pesquisa pode estar se perguntando: “Tá, mas o que isso tem a ver com o indivíduo enquanto potência?” Bom, tire o indivíduo do processo de trabalho e terá uma resposta. Pensamento científico, indivíduo e processo de trabalho se relacionam em um movimento dialético, um não existe sem o outro.

Somente depois da invenção da roda, diz Bernal, foi possível imitar com exatidão os movimentos rotatórios do céu ao redor dos polos. Parece que a astronomia chinesa se originou dessa ideia de rotação. Até aquele momento o mundo celeste tinha sido tratado como o nosso. É, portanto, a partir da tendência intrínseca de autonomização da investigação dos meios, durante a preparação e execução do processo de trabalho, que se desenvolve o pensamento cientificamente orientado e que mais tarde se originam as diferentes ciências naturais. Naturalmente, não se trata da gênese única de um novo campo de atividade a partir do anterior. Na realidade, essa gênese continuou a repetir-se, ainda que de formas muito diversas, através de toda a história da ciência até hoje. Os modelos de representação que estão por trás das hipóteses cósmicas, físicas etc. são – em geral inconscientemente – determinados também pelas representações ontológicas que vigoram na respectiva cotidianidade, que, por sua vez, se ligam estreitamente às experiências, aos métodos, aos resultados do trabalho atuais em cada oportunidade. Algumas grandes mudanças científicas tiveram suas raízes em imagens do mundo que pertenciam à vida cotidiana (ao trabalho), as quais, tendo surgido pouco a pouco, num determinado momento apareceram como radicalmente, qualitativamente, novas. A condição hoje dominante, onde o trabalho preparatório para a indústria é fornecido por ciências já diferenciadas e amplamente organizadas, pode esconder para muitos essa situação, mas do ponto de vista ontológico nada mudou essencialmente; seria até interessante considerar mais de perto, ontológico-criticamente, as influências desse mecanismo preparatório sobre a ciência. (LUKÁCS, 2013, p 46/47)

Percebe-se então, que o indivíduo adquire habilidades e realiza descobertas que antes pareciam não ter fundamento algum na materialidade, isso ultrapassa uma simples adaptação do homem ao seu meio e permite com que sua potência, seja explorada. Essa potência - que até então relacionamos ao saber científico de investigação dos meios - também diz respeito às habilidades físicas e manuais que o homem desenvolve através do trabalho, superando sua animalidade e modificando seu comportamento, ou seja,

(...) o desenvolvimento do trabalho contribui para que o caráter de alternativa da práxis humana, do comportamento do homem para com o próprio ambiente e para consigo mesmo, se baseie sempre mais em decisões alternativas. A superação da animalidade através do salto para a humanização

no trabalho e a superação do caráter epifenomênico da determinação meramente biológica da consciência alcançam assim, com o desenvolvimento do trabalho, intensificação inexorável, uma tendência à universalidade dominante. (LUKÁCS, 2013, p.55)

Para que o trabalho se realize da melhor maneira possível - e conseqüentemente o indivíduo se transforme e desenvolva - é fundamental expor a questão da alternativa. Pense novamente no trabalho manual. Existe uma infinidade de tipos de tecido, linhas, agulhas, cores e riscos dentre os quais a bordadeira deverá escolher - através das características específicas de cada matéria-prima e meio de trabalho - o caminho que irá seguir. Se pretende fazer um trabalho mais delicado, poderá utilizar a seda e para isso deverá usar uma agulha mais fina, com menos fios. Por outro lado, se pretende algo mais robusto, poderá usar uma sarja, uma agulha mais grossa e bordar com mais fios, ou seja, a pessoa que borda deve escolher entre as alternativas possíveis para que alcance o fim que outrora foi espelhado em sua mente.

Para entender bem as coisas, não se pode esquecer que a alternativa, de qualquer lado que seja vista, somente pode ser uma alternativa concreta: a decisão de um homem concreto (ou de um grupo de homens) a respeito das melhores condições de realização concretas de um pôr concreto do fim. Isso quer dizer que nenhuma alternativa (e nenhuma cadeia de alternativas) no trabalho pode se referir à realidade em geral, mas é uma escolha concreta entre caminhos cujo fim (em última análise, a satisfação da necessidade) foi produzido não pelo sujeito que decide, mas pelo ser social no qual ele vive e opera. (LUKÁCS, 2013, p. 57)

As transformações do sujeito estão também associadas à oportunidade de escolher entre alternativas. Ora, ao escolher a seda, por ser um tecido mais delicado é preciso estudar a quantidade de força ao puxar a linha para que o tecido não tencione. Após feita essa escolha, a investigação dos meios e o processo de trabalho propiciam ao sujeito uma metamorfose impossível de acontecer antes.

(...) “adaptação” do homem que trabalha não é interiormente estável e estática, como acontece nos demais seres vivos – os quais normalmente reagem sempre da mesma maneira quando o ambiente não muda –, e também não é guiada a partir de fora, como nos animais domésticos. O momento da criação autônoma não apenas modifica o próprio ambiente, nos aspectos materiais imediatos, mas também nos efeitos materiais retroativos sobre o ser humano; assim, por exemplo, o trabalho fez com que o mar, que era um limite para o movimento do ser humano, se tornasse um meio de contatos cada vez mais intensos. Mas, além disso – e naturalmente causando mudanças análogas de função –, essa constituição estrutural do trabalho

retroage também sobre o sujeito que trabalha. E, para compreender corretamente as mudanças que daí derivam para o sujeito, é preciso partir da situação objetiva já descrita, isto é, do fato de que ele é o iniciador do pôr do fim, da transformação das cadeias causais espelhadas em cadeias causais postas e da realização de todos esses pores no processo de trabalho. (LUKÁCS, 2013, p.61)

Segundo Lukács (2013), além de possibilitar a transformação do sujeito que trabalha, o trabalho promove o relacionamento entre os indivíduos, e em seu sentido mais original possibilita que o homem satisfaça suas necessidades através do intermédio com a natureza, colocando sua intencionalidade e transformando um objeto natural em valor de uso.

Até então, foi exposto que o sujeito adquire novas habilidades através do trabalho propriamente dito, no entanto, em sociedades mais desenvolvidas⁸, a *práxis social* possibilita que a ação seja orientada a outro homem

Pensamos na caça no período paleolítico. As dimensões, a força e a periculosidade dos animais a serem caçados tornam necessária a cooperação de um grupo de homens. Ora, para essa cooperação funcionar eficazmente, é preciso distribuir os participantes de acordo com funções (batedores e caçadores). Os pores teleológicos que aqui se verificam realmente têm um caráter secundário do ponto de vista do trabalho imediato; devem ter sido precedidos por um pôr teleológico que determinou o caráter, o papel, a função etc. dos pores singulares, agora concretos e reais, orientados para um objeto natural. Desse modo, o objeto desse pôr secundário do fim já não é mais algo puramente natural, mas a consciência de um grupo humano; o pôr do fim já não visa a transformar diretamente um objeto natural, mas, em vez disso, a fazer surgir um pôr teleológico que já está, porém, orientado a objetos naturais; da mesma maneira, os meios já não são intervenções imediatas sobre objetos naturais, mas pretendem provocar essas intervenções por parte de outros homens. (LUKÁCS, 2013, p.63)

Então, a partir do trabalho o homem consegue desenvolver outras práxis onde o seu objeto não é mais um tronco de madeira ou um grão de café, mas sim a consciência. A linguagem, é um exemplo de pôr teleológico secundário que tem o trabalho enquanto sua base, ou seja, “o trabalho originário deve, por si mesmo, desenvolver necessariamente tais formas mais complexas, por causa da dialética peculiar de sua constituição.” (LUKÁCS, 2013

⁸ É necessário advertir que, quando Marx expõe que uma sociedade é mais ou menos desenvolvida do que a outra, não se trata de hierarquizar-las, mas sim da complexibilidade, do desenvolvimento das forças produtivas. Quanto mais complexa a sociabilidade, mais elementos de outras sociabilidades ela carrega em si, ou seja, o modo de produção capitalista carrega em sua estrutura reminiscências do modo de produção feudal, este por sua vez carrega reminiscências do modo de produção escravista. Através da análise da sociedade mais complexa – sociedade burguesa – podemos encontrar em sua estrutura categorias que, na totalidade, nos permitem entender a organização de sociedades que já não existem mais, pois conforme já dito anteriormente a sociabilidade burguesa foi construída através de estruturas previamente existentes.

p.63) Não podemos nos esquecer que o trabalho é então o modelo⁹ para quando abordamos as diversas *práxis* do ser social, mesmo que as últimas se distanciem do primeiro em estágios ditos mais complexos do desenvolvimento humano e por isso o resgate ontológico é sempre primordial para essa análise.

É sem dúvida possível deduzir geneticamente a linguagem e o pensamento conceitual a partir do trabalho, uma vez que a execução do processo de trabalho põe ao sujeito que trabalha exigências que só podem ser satisfeitas reestruturando ao mesmo tempo quanto à linguagem e ao pensamento conceitual as faculdades e possibilidades psicofísicas presentes até aquele momento, ao passo que a linguagem e o pensamento conceitual não podem ser entendidos nem em nível ontológico nem em si mesmos se não se pressupõe a existência de exigências nascidas do trabalho e nem muito menos como condições que fazem surgir o processo de trabalho. É obviamente indiscutível que, tendo a linguagem e o pensamento conceitual surgido para as necessidades do trabalho, seu desenvolvimento se apresenta como uma ininterrupta e ineliminável ação recíproca, e o fato de que o trabalho continue a ser o momento predominante não só não suprime a permanência dessas interações, mas, ao contrário, as reforça e as intensifica. (LUKÁCS, 2013, p.64)

Para compreendermos melhor a relação entre tempo, teoria, *práxis* e o desenvolvimento do indivíduo enquanto potência é preciso um pequeno esforço. Como por um pressuposto teórico-metodológico decorrente dos estudos da tradição marxista, o tempo seria um elemento fundamental para que desenvolvamos nossas potencialidades, uma vez que elas são desenvolvidas por meio do trabalho, e que este, por sua vez, é modelo para qualquer *práxis* social, temos então que o tempo é primordial para que o processo de trabalho e as demais *práxis* aconteçam, quer dizer, é preciso tempo para incorporação de saberes e habilidades como também é necessário tempo para execução da atividade. O tempo possibilita um espelhamento cuidadoso da realidade o que permite a mediação com o mundo e com o conhecimento científico afim de que o fim proposto seja efetivo. É nesse sentido que as habilidades são exploradas, ou seja, elas não são desenvolvidas com um fim em si mesmas, o

⁹ “O que se afirma nesse momento não é o trabalho como categoria central, mas se revela nesse instante qual a categoria central “do” trabalho; ou seja, o pôr teleológico. Vem, assim, anunciada a determinação daquilo que Lukács designa como modelo [Modell], que não se confunde de modo algum com a ideia do trabalho como centralidade de toda prática humana. Modelo significa que, nessa primeira *práxis* identificável do ser social, já se encontra presente a caracterização mais geral de toda atividade humana, a de ser um pôr teleológico. Entretanto, deve-se atentar para as advertências nas quais se condena qualquer ação de “exagerar de maneira esquemática esse caráter de modelo do trabalho em relação ao agir humano em sociedade(...) O trabalho é ponto de partida da análise, pois nele pela primeira vez surge o pôr teleológico, ele é a forma originária desse pôr. (FORTES,2016,p.48)

objetivo é chegar a um produto final que tenha um valor de uso capaz de satisfazer a necessidade do sujeito que a produz

(...) os valores de uso, os bens, representam uma forma de objetividade social que se distingue das outras categorias da economia somente porque, sendo a objetivação do metabolismo da sociedade com a natureza e constituindo um dado característico de todas as formações sociais, de todos os sistemas econômicos, não está sujeita – considerada na sua universalidade – a nenhuma mudança histórica; naturalmente que se modificam continuamente os modos fenomênicos, inclusive no interior da mesma formação. Em segundo lugar, o valor de uso, nesse quadro, é algo de objetivo. Deixando de lado o fato de que, com o desenvolvimento da socialidade do trabalho, aumenta sempre mais o número dos valores de uso que só de maneira mediata servem à imediata satisfação das necessidades – não se deve esquecer, por exemplo, que, quando um capitalista compra uma máquina, ele quer obter o valor de uso –, pode-se identificar com grande exatidão a utilidade que faz de um objeto um valor de uso também no período inicial do trabalho. (LUKÁCS, 2013, p.80)

Independente da sociabilidade, o propósito do trabalho é produzir valores de uso, em que medida e se isso acontece para todos os indivíduos, depende do processo histórico em questão, de qualquer forma o resgate do indivíduo é fundamental uma vez que

Marx (...) considera o processo econômico na sua totalidade dinâmica desdobrada, de modo que o homem não pode deixar de aparecer como o começo e o fim, como o iniciador e o resultado final do conjunto do processo, no meio do qual ele muitas vezes – e sempre na sua singularidade – parece desaparecer entre as suas inundações e, no entanto, apesar de toda aparência, mesmo tão fundamentada, ele constitui a essência real desse processo. (LUKÁCS, 2013, p.85)

Entretanto, algumas circunstâncias são colocadas pela sociabilidade da qual se faz parte, impostas por barreiras naturais ou por determinações sócio históricas. Essas circunstâncias influenciam no modo como o tempo é usufruído pelos homens

(...) uma verdade fundamental da concepção marxiana é que os próprios homens fazem a sua história, mas não podem fazê-la nas circunstâncias escolhidas por eles. Os homens respondem – mais ou menos conscientemente, mais ou menos corretamente – às alternativas concretas que lhes são apresentadas a cada momento pelas possibilidades do desenvolvimento social. (LUKÁCS, 2013, p.90)

A possibilidade latente de transformação existe e o trabalho, por ser fundante da práxis social, assegura o despertar dessas possibilidades. Anteriormente trouxemos essa reflexão a partir do trabalho manual, o bordado livre. Entretanto, é claro que podemos ir além e pensarmos em diferentes tipos de práxis onde o sujeito desenvolve suas habilidades. Um pesquisador, por exemplo, ao escrever uma tese precisa espelhar em sua mente os passos para

que aquele processo seja possível e para isso é essencial que ele tenha conhecimentos sobre aquilo que pretende escrever, seu objeto, objetivos, referências... A busca por esses conhecimentos transforma as possibilidades latentes naquele homem, em habilidades necessárias para atingir o seu objetivo.

São poucos, provavelmente, os movimentos, as operações manuais etc. utilizados durante o trabalho que o homem conhecia ou os quais tinha efetuado anteriormente. Somente mediante o trabalho esses movimentos se transformam de meras possibilidades em habilidades que, num desenvolvimento contínuo, permitem que possibilidades sempre novas amadureçam no homem até converterem-se em realidades. (LUKÁCS, 2013, p.107)

Para que a práxis ocorra é necessário que o sujeito domine as propriedades do objeto, para isso ele precisa investigar tais propriedades, bem como os meios de produção e estudar maneiras para modificar o seu objeto. Entretanto, o modo como se produz está diretamente relacionado a um momento histórico específico, portanto a subjetividade do indivíduo feudal é diferente da subjetividade do indivíduo burguês uma vez que o modo de produção em que vivem interfere, de inúmeras maneiras, na forma como o sujeito se relaciona com o objeto possibilitando novas formas de subjetivação. Através do domínio da consciência, o indivíduo constrói suas relações interpessoais e tais relações demonstram a capacidade que o homem tem de se relacionar de forma afetiva com o seu semelhante. Entretanto, essas relações acontecem em limites impostos pelas bases produtivas que determinam nossas vidas e pelas chamadas *abstrações* que são representações extraídas do mundo real (CHASIN, 2009).

As abstrações ditas razoáveis são determinantes para que certas relações ocorram em determinado período histórico. Nos Grundrisse, obra marxiana que foi um esboço para O Capital, Marx analisa a produção e entende que esta é uma *abstração razoável*, por todas as épocas históricas terem características em comum pertencentes à produção, da sociedade mais desenvolvida a mais simples. Entretanto, também chama a atenção para as particularidades existentes nos modos de produção ao longo da história, ou seja, ele parte primeiro de uma totalidade, de uma universalidade e depois entra nos detalhes, nas particularidades. Tais particularidades, segundo Chasin (2009), são chamadas por Lukács de *abstrações isoladoras*.

Se não há produção em geral, também não há igualmente produção universal. A produção é sempre um particular da produção - por exemplo, agricultura, pecuária, manufatura etc. – ou uma totalidade. (MARX, 2011, p.57)

Processo igual o autor faz ao analisar a distribuição. Ela possui determinações em comum, mas também não podemos deixar de analisar suas especificações do modo de produção da qual pertence em cada tempo histórico. O escravo recebe a parte justa¹⁰ da produção para se reproduzir que lhe cabe pelo modo de produção escravista, o servo pelo modo de produção feudal e o trabalhador assalariado pelo modo de produção capitalista. Toda produção, e conseqüentemente distribuição, não são possíveis de existência sem uma propriedade, seja ela privada ou comunal.

(...) para todos os estágios da produção há determinações comuns que são fixadas pelo pensamento como determinações universais; mas as assim chamadas *condições universais* de toda produção nada mais são do que esses momentos abstratos, com os quais nenhum estágio histórico efetivo da produção pode ser compreendido. (MARX, 2011, p. 61)

Produção, distribuição e consumo aparecem de forma dialética onde uma etapa depende da outra, mas onde a produção aparece como ponto de partida, o consumo como fim e a distribuição e troca como meio. Entretanto, entre estes a produção aparece, de acordo com Marx (2011), como “momento preponderante”, ou seja, no ciclo dialético entre produção, distribuição, troca e consumo, a produção, de uma certa forma, domina todo o processo, seu tipo, seus formatos, é a partir do modo como esta se dá, que todo o processo se dará. Mas claro que isso a depender da totalidade concreta, pois há momentos em que o modo como se distribui, determina o modo como se produz, por exemplo o modo como se distribui a propriedade dos meios de produção, ou também momentos onde o consumo determina a produção, por exemplo, criando a necessidade de uma nova produção, de um novo produto. Através das abstrações reproduzem-se os grandes complexos, como os sistemas econômicos que se elevam desde o trabalho até o mercado internacional, mas sempre partindo de uma

¹⁰ “O que é distribuição ‘justa’? Os burgueses não consideram que a atual distribuição é ‘justa’? E não é ela a única distribuição ‘justa’ tendo como base o atual modo de produção? As relações econômicas são reguladas por conceitos jurídicos ou, ao contrário, são as relações jurídicas que derivam das relações econômicas? Os sectários socialistas não têm eles também as mais diferentes concepções de distribuição ‘justa’? Para saber o que, nesse caso, deve-se entender pela fraseologia ‘distribuição justa’, temos de justapor o primeiro parágrafo ao segundo. Neste, supõe-se uma sociedade em que ‘os meios de trabalho são patrimônio comum e o trabalho total é regulado cooperativamente’, enquanto, no primeiro parágrafo, temos que ‘o fruto do trabalho pertence inteiramente, com igual direito, a todos os membros da sociedade’” (MARX, 2012, p. 28).

concretude, do mundo sensível, para depois tornar-se uma síntese de múltiplas determinações. O autor demonstra que Hegel se equivocou ao dizer que o mundo sensível parte do pensamento, quando na verdade esse processo é apenas um modo de nos apropriarmos da realidade, de espelharmos a realidade, mas de forma alguma a gênese do mundo concreto é idealmente representada. Talvez todo esse processo de espelhamento pareça, inicialmente, um tanto confuso, mas temos que nos atentar de que tudo que existe no mundo advém de um processo de síntese de abstrações da realidade em algum momento, mesmo que pareça mínimo, mas partiu de uma concretude, como simples exemplo podemos citar o automóvel que não surgiu do nada da cabeça de Karl Benz, não foi necessário novamente a criação da roda, esta previamente já existia, e assim por diante.

1.3. O desenvolvimento de potencialidades e a transformação de sociedades ou vice versa

Ao passo que temos uma “nova história”, temos um novo indivíduo. Apesar de não ser o objetivo deste trabalho, é importante fazer alguns apontamentos breves de como o homem desenvolveu suas potencialidades em formações históricas anteriores. No modo de produção primitivo as atividades dos indivíduos eram voltadas para colheita, caça e pesca. Através dessas atividades o homem conseguia suprir suas necessidades e por sua vez desenvolver ferramentas - uma lança, por exemplo - voltadas para esse fim, adquirir habilidades físicas e motoras para correr atrás de seu alimento e fugir das ameaças, bem como aquelas relacionadas ao abrigo e a proteção do frio. Ou seja, aquele tipo de sociedade determinou o modo como o sujeito se relacionava com o seu objeto e forma de se relacionar com outros homens, e é exatamente através do intermédio do homem em uma teia de relações que essa mesma sociedade é transformada.

Os sapiens não saíam apenas à procura de alimentos e materiais. Também saíam à procura de conhecimento. Para sobreviver, precisavam de um detalhado mapa mental de seu território. Para maximizar a eficiência de sua busca cotidiana por alimento, precisavam de informações sobre os padrões de crescimento de casa planta e os hábitos de cada animal. Precisavam saber quais alimentos eram nutritivos, quais eram nocivos e quais podiam ser usados como remédio e de que forma. Precisavam conhecer o progresso das estações do ano e os sinais de alerta que precediam uma tempestade ou um período de seca. Estudavam cada corrente, nogueira, caverna de urso e depósito de sílex nas redondezas. Cada indivíduo precisava entender como fabricar uma faca de pedra, como remendar um manto rasgado, como preparar uma armadilha para um coelho e como enfrentar avalanches, picadas de cobra ou lesões famintos. (HARARI, 2015, p.55)

Marx e Engels atribuem ao desenvolvimento das forças produtivas e da divisão do trabalho o mérito do aumento da produtividade e a partir dessa o desenvolvimento do espírito, onde o homem tribal se aperfeiçoa de tal modo que a sua “consciência está em condições de emancipar-se do mundo e lançar-se à construção da teoria, da teologia, da filosofia, da moral etc. “puras”.”(ENGELS e MARX, 2007, p.36) Em outras palavras, o desenvolvimento das forças produtivas possibilita que o sujeito se relacione com objetos que antes eram desconhecidos, e direcione sua intencionalidade. Entretanto, tal intencionalidade é norteada por ideologias que guiam escolhas específicas e determinam como e quais potencialidades serão desenvolvidas.¹¹

Com a Revolução Agrícola e o advento da semente o homem desenvolve técnicas de plantio e começa a produzir o seu próprio alimento, então deixa de ser nômade e a forma como se relaciona com o seu objeto se modifica ao passo que o sujeito adquire novas habilidades como plantar, defender sua propriedade e até mesmo formar pequenos exércitos.

O trigo não gostava de dividir espaço, água e nutrientes com outras plantas, e assim homens e mulheres trabalhavam longas jornadas sob o sol abrasador eliminando ervas daninhas. O trigo ficava doente, e por isso os sapiens tinham de ficar de olho em vermes e pragas. O trigo era atacado por coelhos e nuvens de gafanhotos, então os agricultores construíram cercas e passaram a vigiar os campos. O trigo tinha sede, então os humanos cavaram canais de irrigação ou passaram a carregar baldes pesados de poços para regá-lo. (HARARI, 2015, p.87)

A forma de se produzir o trigo fez com que o sujeito que trabalhava naquele plantio adquirisse novas habilidades¹² e despertasse sua potência. O conhecimento sobre irrigação e plantio transformou o nômade em agricultor.

O feudalismo não foi trazido da Alemanha já pronto, mas teve sua origem, por parte dos conquistadores, na organização de guerra que os exércitos desenvolveram durante a própria conquista e se desenvolveu apenas depois dela, até se transformar no feudalismo propriamente dito, graças à ação das forças produtivas encontradas nos países conquistados. O quanto a forma feudal era determinada pelas forças produtivas é demonstrado pelas

¹¹ Abordaremos a crítica à ideologia no próximo capítulo.

¹² Aqui acredito ser necessário fazer uma ressalva: dizer que o homem adquire novas habilidades não predispõe um juízo de valor, estamos falando aqui de um aumento da capacidade das forças produtivas, de uma modificação na produção. “Em vez de pronunciar uma nova era de vida tranquila, a Revolução Agrícola proporcionou aos agricultores uma vida em geral mais difícil e menos gratificante que a dos caçadores-coletores. Estes passavam o tempo com atividades mais variadas e estimulantes e estavam menos gratificante que a dos caçadores-coletores. Estes passavam o tempo com atividades mais variadas e estimulantes e estavam menos expostos à ameaça de fome e doença.”(HARARI,2015,p.86)

fracassadas tentativas de impor outras formas surgidas de reminiscências da Roma antiga (Carlos Magno, por exemplo). (ENGELS; MARX, 2007,p.71)

As forças produtivas feudais determinavam como acontecia a atividade produtiva no feudalismo, que tinha sua base na agricultura. Dessa forma, não é preciso fazer grandes esforços para entender porque as habilidades dos indivíduos daquele momento histórico específico eram voltadas para a agricultura. Entretanto, à medida em que as forças produtivas se desenvolvem, a divisão no processo de trabalho também se desenvolve, o que provoca subdivisões entre os sujeitos que trabalham. Nessa “fase” do desenvolvimento humano não temos mais centenas de homens que desempenham a mesma função (caça ou coleta), ao invés disso temos servos e senhores feudais. A sociedade feudal determinava a subjetividade daquele servo e este desenvolvia suas potencialidades nos limites das relações que estavam colocadas que independiam do seu “livre arbítrio”. As potencialidades de um servo estão giram em torno do trabalho e às relações que ele estabelece na gleba, desenvolviam habilidades que estavam associadas ao cultivo da terra, a rotação de culturas, ao arado, todos os esforços e o tempo do trabalhador feudal eram direcionados para a atividade produtiva daquele período histórico. E as potencialidades dos senhores feudais? Como eram desenvolvidas? Ao que eram direcionadas? Será que pelo fato de não serem servos dispunham de mais tempo para gozar de suas habilidades artísticas, afetivas, linguísticas...?

O modo pelo qual os homens produzem seus meios de vida depende, antes de tudo, da própria constituição dos meios de vida já encontrados e que eles têm de reproduzir. Esse modo de produção não deve ser considerado meramente sob o aspecto de ser a reprodução da existência física dos indivíduos. Ele é, muito mais, uma forma determinada de sua atividade, uma forma determinada de exteriorizar sua vida, um determinado modo de vida desses indivíduos. Tal como os indivíduos exteriorizam sua vida, assim são eles. O que eles são coincide, pois, com sua produção, tanto com o que produzem como também com o modo como produzem. O que os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais de sua produção. (ENGELS; MARX, 2007, p.87)

Seria então nossa subjetividade determinada pela objetividade? Em Marx, subjetividade e objetividade possuem uma relação dialética. Para que um indivíduo consiga explorar suas potencialidades depende das condições materiais de produção colocadas em um determinado momento histórico, porém essas condições foram ali postas por uma geração anterior dotada também de subjetividade. Não há a intenção aqui tentar encontrar uma teoria da subjetividade em Marx, até porque não seria condizente com a crítica ontológica do autor,

que rompe com a postura gnosiológica, o que me proponho é a investigação para posterior exposição de um movimento do real através da teoria marxiana.

Para que a pesquisa avance e alcance seu objetivo é necessário expor algumas distinções. Fortes (2016) expõe algumas ressalvas sobre o uso do termo “centralidade” em Lukács, que a depender da interpretação coloca o trabalho enquanto uma categoria central e fundante do ser social. Entretanto, o autor chama atenção que em Lukács há centralidade não no trabalho em si, mas no fato dele ser o primeiro complexo onde o pôr teleológico aparece. Ou seja, a centralidade existe no pôr teleológico e uma vez posto isso, conseguimos compreender que a vida dos indivíduos bem como o desenvolvimento de suas potencialidades existe no processo de trabalho, enquanto nosso ponto de partida, mas não só nele. O pôr teleológico permite que o homem domine sua consciência e desenvolva outras faculdades.

Iniciar pela análise do trabalho se justifica por ser este complexo o primeiro lugar em que podemos encontrar de maneira clara e evidente o pôr teleológico. Ele nos permite vislumbrar a forma mais geral de toda atividade do homem, seja junto à natureza, seja nas formas superiores da práxis social. Em linhas gerais, a política, a arte, a filosofia etc. são formas particulares do pôr teleológico, porém somente podem ser entendidas a partir da especificidade de suas categorias e dinâmicas. A análise do trabalho permite compreender a forma mais geral dessa atividade, a identidade que esta guarda com as formas superiores. Cada uma dessas formas somente pode ser devidamente compreendida quando se explicita a diferença específica, ou seja, as categorias e dinâmicas próprias de cada práxis social. (FORTES, 2016, p.49)

Escurre (2016), citando Lukács (1978) expõe que a diferença do trabalho em relação às outras categorias - arte, política, direito, ética, moral - é que essas possuem uma essência social, enquanto aquele possui seu germe em um salto ontológico de um ser natural para um ser social. As diversas formas de *práxis social* também permitem que o indivíduo desenvolva novas habilidades e transforme sua potência.

Diferentemente da categoria trabalho, todas as outras categorias supõem o salto como já acontecido, em essência já têm um caráter social e se desdobram no ser social já constituído. Esse é o caso de outras três categorias decisivas relacionadas por Lukács (linguagem, sociabilidade e divisão do trabalho) para explicar que elas requerem que o ser social já esteja plenamente constituído e pressupõem, por este motivo, o referido salto como já sucedido. Em suma, fica evidente, desse modo, que o trabalho é a categoria fundante, essencialmente intermediária, porque é o vínculo material e objetivo entre o ser humano e a natureza, assinalando a passagem do ser meramente biológico ao ser social e, com isso, o estabelecimento da vida especificamente humana. Por essa razão, é possível afirmar que é no trabalho que o ser social cria o seu mundo, dele resultam as formas de objetividade do

ser social que se tornam cada vez mais claramente sociais e se desenvolvem à medida que a práxis social emerge de modo cada vez mais explícito (LUKÁCS, 1978, p.17, *apud* ESCURRA, 2016, p.15)

As categorias fundantes do trabalho se ampliam, se automatizam e através delas surgem outras, ao passo que se diferenciam das formas originárias é essa diferenciação que permite que o indivíduo desenvolva potencialidades como desenvolver ler um texto e debatê-lo em um grupo de estudos. O intermédio do homem com a natureza - *trabalho* - possibilitou que ele se distanciasse dela ao ponto de espelhar em sua mente *práxis* diversas às relações essencialmente produtivas. No entanto, isso pode parecer contraditório e de difícil compreensão: através do trabalho o indivíduo transforma sua subjetividade, ao passo que o distanciamento dessa atividade permite que essa mesma subjetividade seja explorada de diferentes maneiras, não sendo reclusa nela mesma, mas guiada pela produção enquanto um momento preponderante, uma vez que as potencialidades do indivíduo são desenvolvidas no mesmo ritmo da evolução das forças produtivas que são demandadas por um modo de produção específico. De certa forma essa “contradição” pode ser explicada da seguinte maneira:

Pode-se falar de descontinuidade na continuidade, pois as formas mais complexas da práxis humana – a política, por exemplo – apresentam, no geral, os mesmos traços mais fundamentais presentes no complexo genético, entretanto, somam-se a estes traços fatores e categorias próprias, criando a estrutura típica de uma nova forma de atividades diferente do trabalho, porém contínua em seus traços mais elementares. (FORTES, 2016, p. 52)

O aumento da produtividade permite com que o gênero humano se reproduza ampliadamente, fazendo com que o trabalho não seja mais a única atividade a satisfazer as necessidades humanas. (ESCURRA, 2016) A divisão social do trabalho permite com que o homem supere a imediatividade de suas necessidades básicas, e todo o tempo que antes era voltado para essa atividade, passa a ser repartido em relações sociais. Como não é preciso movimentar todas as forças para comer, beber, proteger, etc., é possível movimentá-las para satisfazer necessidades espirituais, ler, escrever, cantar, dançar, declamar uma poesia... tudo isso é possível porque a atividade produtiva (apesar de nunca deixar de ser o momento preponderante), perde sua centralidade na vida dos indivíduos.

O isolamento social devido a pandemia do coronavírus fez com que diversas pessoas tivessem sua relação com o tempo ressignificada. Para uns, a velocidade das tecnologias de comunicação gerou uma quase onipresença em diversas atividades reduzindo a ociosidade, para outros, que conseguiram as condições de fazer o lockdown necessário, a ociosidade cresceu por um período. A caráter de exemplo, peço licença para tratar de uma experiência pessoal. Eu, Raquel, dispus de um tempo que eu não tinha antes, e esse tempo fez com que eu conseguisse descobrir e desenvolver uma potencialidade que até então estava adormecida. Consegui me descobrir enquanto bordadeira.¹³ Isso fez com que eu trabalhasse novas habilidades, tendo em mente que para bordar eu tive que buscar conhecimento, buscar os meios para a execução para que aquele pôr teleológico se realizasse e com isso eu me transformei. O processo fez com que eu investigasse os meios necessários para que o meu objetivo final fosse atingido, ou seja, qual tipo de tecido e de linha eu teria que utilizar para que o meu produto fosse um bordado e eu enquanto sujeito também transformei minha própria natureza.

Poderia lançar mão aqui de vários outros exemplos. A fotografia, a marcenaria, a dança.... enfim, a relação do sujeito com o objeto que é exterior a ele, possibilita que o indivíduo desenvolva as mais diversas potencialidades possíveis. Entretanto, para que o indivíduo consiga desenvolver seus pores teleológicos é necessário ter consciência para “conhecer os meandros da malha causal da sociabilidade se quiser conduzir e intervir” (FORTES, 2016, p.52) sobre eles.

As mais diversas habilidades adquiridas pelo homem ao longo da história, fazem dele um ser plural. Mas para que seja possível desenvolver tais habilidades é necessário dispor, como já foi dito anteriormente, de liberdade, conhecimento sobre o que se pretende intervir e principalmente tempo disponível para que essas habilidades possam ser desenvolvidas.

Para que seja possível a leitura imanente de um clássico como *Os Miseráveis*, romance de autoria de Victor Hugo, que possui, a depender da edição, em média 1500 páginas é necessário tempo. Mas para que se tenha tempo é necessário ter a liberdade de escolher como desfrutar desse tempo e principalmente possuir a habilidade de ler. Existem

¹³ Logicamente, um conjunto de fatores para além do tempo fizeram com que isso fosse possível, a saber, o meu sustento que já estava garantido através do trabalho de meus pais e que conseqüentemente não foi objeto preocupação naquele momento, ao contrário da maioria dos brasileiros, cuja situação de vulnerabilidade aumentou no cenário pandêmico. Esses fatores serão abordados no segundo capítulo dessa pesquisa.

inúmeras determinações que o indivíduo precisa intervir para que a leitura seja possibilitada e são impostos limites à maioria delas. Pensar nas habilidades do indivíduo é se maravilhar com um infinito campo de possibilidades. Entretanto, é necessário chamar atenção que ao longo da história a potência é explorada, por vezes, de forma danosa ao gênero humano. É incrível o fato de a fotografia transformar um sujeito em um fotógrafo que capta a realidade por diferentes ângulos e perspectivas, resgatando histórias que despertam em mim várias sensações. Por outro lado, é chocante o fato do trabalho, ao longo da história, explorar as potencialidades do sujeito a fim de que ele se torne um escravo. Dessa forma coloco os seguintes questionamentos: Porque aquilo que liberta, que faz com que o indivíduo tenha domínio sobre sua consciência, possibilita pensar, falar... também o escraviza? E ainda, porque, com o espantoso desenvolvimento das forças produtivas, ainda assim, muitos não dispõem da liberdade, do conhecimento e muito menos de tempo para explorar suas potencialidades? Tais perguntas não podem ser plenamente respondidas devido aos limites deste trabalho e talvez o fato desse trabalho ter limites já seja o caminho para uma tentativa de resposta. Falar das potencialidades de um indivíduo é também falar sobre quem as domina, bem como quem domina o tempo necessário ao desenvolvimento delas. É o que se objetiva para o próximo capítulo.

Capítulo 2. LIMITES COLOCADOS PELO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA AO DESENVOLVIMENTO DE POTENCIALIDADES

No capítulo anterior foi exposto que, em uma relação dialética, objetividade e subjetividade são transformadas, tendo o trabalho enquanto um modelo para as diversas formas de práxis sociais o que possibilita o desenvolvimento de potencialidades humanas e a transformação do indivíduo. Pontou-se algumas condições necessárias para a ampliação das potencialidades humanas, dentre elas liberdade, conhecimento sobre o que se pretende intervir, estar consciente para atuar sobre uma realidade específica, verificar cada passo do espelhamento, possuir os meios de produção, escolher entre alternativas, ter tempo e condições materiais. Além disso, foi pincelado que a produção, enquanto um momento preponderante, estabelece as relações de determinada sociabilidade, bem como coloca limites ao desenvolvimento de potencialidades.

O que se pretende para este segundo capítulo é, de forma inicial, compreender como as potencialidades humanas são exploradas em meio a sociabilidade burguesa e quais os limites colocados pelo modo de produção capitalista ao desenvolvimento de habilidades em sua plenitude.

2.1. Os meios de produção

Existem inúmeras determinações alheias ao sujeito que interferem em sua vida, como já destacado no capítulo anterior, principalmente aquelas impostas pela sociedade em que este indivíduo se insere e quais as mediações necessárias para que se tenha acesso aos meios a fim de que determinada práxis seja realizada. A oposição entre aqueles detentores dos meios de produção e aqueles que trabalham, somados ao estranhamento tipicamente capitalista colocam limites ao desenvolvimento das diversas formas de práxis sociais, ou seja, a “perda de si mesmo” estaria também presente nas produções artísticas e culturais uma vez que as mesmas também se estabelecem em meio a sociabilidade burguesa.

O processo de produção mercantil neste modo de produção, pressupõe, necessariamente, que o capitalista detenha os meios de produção. Essa separação teve seu início no que Marx (2011) chama de *acumulação primitiva* com gênese em países como França e Inglaterra. Entender o germe dessa separação faz-se primordial para essa pesquisa

uma vez que, como exposto no capítulo anterior, o conhecimento sobre os meios faz com que o indivíduo adquira novas habilidades e transforme sua subjetividade, porém uma vez que os meios não lhe pertencem, esse processo de transformação da potência humana é interrompido. Posteriormente “o processo de deslocamento do capital comercial e monetário para o capital industrial pressupõe a dissolução e/ou destruição das formas sociais de propriedade e trabalho” (EVANGELISTA, 2019, p. 272), as relações sociais e o processo através do qual o sujeito se relacionava com os meios de produção tornam-se relações monetárias, é o que Marx (1978) chama de *subsunção formal do trabalho ao capital*, primeira forma de subordinação do trabalho ao capital.

O processo de trabalho converte-se em instrumento do processo de valorização, do processo de autovalorização do capital - da fabricação de mais-valia. O processo de trabalho é subsumido ao capital (é seu próprio processo), e o capitalista se enquadra nele como dirigente, condutor; para este, é ao mesmo tempo, de imediato, um processo de exploração de trabalho alheio. É isso que denomino *subsunção formal do trabalho ao capital*. (MARX, 1978, p.51)

Na *subsunção formal do trabalho ao capital* há a exploração de mais-valia absoluta, através do prolongamento do tempo de trabalho. Já nessa fase as potencialidades são vistas como capacidade de trabalho e as condições objetivas e subjetivas de trabalho são monopolizadas pelo capitalista. Isso será reforçado ainda mais pela *subsunção real do trabalho ao capital* (MARX, 1978).

Na *subsunção real do trabalho ao capital*, existe o capitalismo propriamente dito, a exploração de mais-valia relativa, uma vez que com o desenvolvimento das forças produtivas tem-se o incremento da ciência e da maquinaria, aí já não há mais espaço para o produtor individual, para o artesão. A indústria capitalista invadirá todos os setores onde existe a possibilidade de se obter lucro.

(...) a produção capitalista tende a conquistar todos os *ramos industriais* dos que até então não se apoderara, e nos quais ainda se dá] apenas a *subsunção formal*. Tão logo se apoderara da agricultura, da indústria de mineração, da manufatura das principais matérias textéis etc, invade outros setores onde unicamente [se encontram] artesãos formalmente independentes ou ainda independentes [de fato]. (MARX, 1978, p. 67, *grifos do autor*)

A linha para bordar, a tela para pintar, o vidro para moldar, não são então meros objetos ou meios de produção, são mercadorias e para que se tenha acesso a elas é preciso

comprá-las, trocá-las por dinheiro. Para que se tenha acesso ao dinheiro é necessário vender sua força de trabalho e o fim último que antes seria o valor de uso é agora o salário.

Em sociedades precedentes ao capitalismo a produção mercantil era baseada na produção excedente, entretanto com a ampliação da circulação de mercadorias, esta deixa de ser a sobra para tornar-se finalidade da produção (EVANGELISTA,2019). No primeiro capítulo da obra “O Capital: crítica da economia política” Karl Marx expõe a “mercadoria”, a distingue de um mero produto do trabalho e a qualifica enquanto detentora de valor de uso e valor de troca que é veículo do valor.

Quem, por meio de seu produto, satisfaz sua própria necessidade, cria certamente valor de uso, mas não mercadoria. Para produzir mercadoria, ele tem de produzir não apenas valor de uso, mas valor de uso para outrem, valor de uso social. {E não somente para outrem. O camponês medieval produzia a talha para o senhor feudal, o dízimo para o padre, mas nem por isso a talha ou o dízimo se tornavam mercadorias. Para se tornar mercadoria, é preciso que o produto, por meio da troca, seja transferido a outrem, a quem vai servir como valor de uso.} Por último, nenhuma coisa pode ser valor sem ser objeto de uso. Se ela é inútil, também o é o trabalho nela contido, não conta como trabalho e não cria, por isso, nenhum valor. (MARX, 2011, p. 164-165)

Para Marx (2011), uma vez que produz valores de uso, o trabalho é *imprescindível a toda* e qualquer forma social, mas o produto do trabalho enquanto mercadoria aparece em um período historicamente determinado. Veja bem, a mercadoria e o dinheiro precedem o capitalismo, mas a forma como se submeteram ao capital mercantil, rebete na vida dos indivíduos.

A circulação de mercadorias é o ponto de partida do capital. Produção de mercadorias e circulação desenvolvida de mercadorias – o comércio – formam os pressupostos históricos a partir dos quais o capital emerge. O comércio e o mercado mundiais inauguram, no século XVI, a história moderna do capital. Se abstrairmos do conteúdo material da circulação das mercadorias, isto é, da troca dos diversos valores de uso, e considerarmos apenas as formas econômicas que esse processo engendra, encontraremos, como seu produto final, o dinheiro. Esse produto final da circulação das mercadorias é a primeira forma de manifestação do capital. (MARX, 2011, p. 289)

O dinheiro torna-se então uma mercadoria “genérica” e através dele torna-se possível comprar qualquer produto que satisfaça necessidades e os “os possuidores de mercadorias se distinguem simplesmente como vendedores, possuidores de mercadoria, e

compradores, possuidores de dinheiro.” Todavia, o lucro do capitalista não se realiza simplesmente através da troca de equivalentes, é necessário criar “mais-valor”¹⁴ e para isso

nosso possuidor de dinheiro teria de ter a sorte de descobrir no mercado, no interior da esfera da circulação, uma mercadoria cujo próprio valor de uso possuísse a característica peculiar de ser fonte de valor, cujo próprio consumo fosse, portanto, objetivação de trabalho e, por conseguinte, criação de valor. E o possuidor de dinheiro encontra no mercado uma tal mercadoria específica: a capacidade de trabalho, ou força de trabalho. (MARX, 2011, p.312)

A força de trabalho do indivíduo é personificada enquanto uma mercadoria que é fonte de valor e que quando consumida cria valor e é nesse sentido que decorre o “desenvolvimento” na sociabilidade burguesa. As potencialidades do sujeito são exploradas para criarem mais-valor, através da exploração do trabalho por tempo excedente, por isso o tempo é fundamental ao capitalismo, as habilidades humanas somadas ao tempo excedente fornecem lucro ao capitalista.

Estabelece-se então uma contradição: transformar couro em bota, em um primeiro momento atenderia uma necessidade de uso, já no modo de produção capitalista a produção gira em torno do valor de troca, a bota é, então, receptáculo desse valor.

A potência do indivíduo é apropriada pelo capital de forma que a transforma em mercadoria, e por ser mercadoria possui seu valor de uso e valor de troca, entra em circulação é comprada por dinheiro.

É importante chamar atenção que a força de trabalho se torna mercadoria e não o homem em si

(...)a força de trabalho só pode aparecer como mercadoria no mercado na medida em que é colocada à venda ou é vendida pelo seu próprio possuidor, pela pessoa da qual ela é a força de trabalho. Para vendê-la como mercadoria, seu possuidor tem de poder dispor dela, portanto, ser o livre proprietário de sua capacidade de trabalho, de sua pessoa. Ele e o possuidor de dinheiro se encontram no mercado e estabelecem uma relação mútua como iguais possuidores de mercadorias, com a única diferença de que um é comprador e o outro, vendedor, sendo ambos, portanto, pessoas juridicamente iguais. A continuidade dessa relação requer que o proprietário da força de trabalho a venda apenas por um determinado período, pois, se ele a vende inteiramente,

¹⁴ “O possuidor de mercadorias pode, por meio de seu trabalho, criar valores, mas não valores que valorizam a si mesmos. Ele pode aumentar o valor de uma mercadoria acrescentando ao valor já existente um novo valor por meio de novo trabalho, por exemplo, transformando o couro em botas. O mesmo material tem, agora, mais valor, porque contém uma quantidade maior de trabalho. Por isso, as botas têm mais valor do que o couro, mas o valor do couro permanece como era. Ele não se valorizou, não incorporou um mais-valor durante a fabricação das botas. Assim, encontrando-se o produtor de mercadorias fora da esfera da circulação, sem travar contato com outros possuidores de mercadorias, é impossível que ele valorize o valor e, por conseguinte, transforme dinheiro ou mercadoria em capital.” (MARX, 2011, p.311)

de uma vez por todas, vende a si mesmo, transforma-se de um homem livre num escravo, de um possuidor de mercadoria numa mercadoria. Como pessoa, ele tem constantemente de se relacionar com sua força de trabalho como sua propriedade e, assim, como sua própria mercadoria, e isso ele só pode fazer na medida em que a coloca à disposição do comprador apenas transitoriamente, oferecendo-a ao consumo por um período determinado, portanto, sem renunciar, no momento em que vende sua força de trabalho, a seus direitos de propriedade sobre ela. (MARX, 2011, p.313)

E além disso, “ser alguém que não tem outra mercadoria para vender, livre e solto, carecendo absolutamente de todas as coisas necessárias à realização de sua força de trabalho” (MARX, 2011, p.314). Essa relação entre compradores e vendedores da força de trabalho não é natural, apesar de por vezes ser naturalizada, “mas é claramente o resultado de um desenvolvimento histórico anterior, o produto de muitas revoluções econômicas, da destruição de toda uma série de formas anteriores de produção social.” (MARX, 2011, p. 315)

Enquanto mercadoria é preciso que a força de trabalho se reproduza, como a sua produção pressupõe a existência e manutenção do indivíduo, este precisa satisfazer suas necessidades

Assim, o tempo de trabalho necessário à produção da força de trabalho corresponde ao tempo de trabalho necessário à produção desses meios de subsistência, ou, dito de outro modo, o valor da força de trabalho é o valor dos meios de subsistência necessários à manutenção de seu possuidor. (MARX, 2011, p.317)

A força de trabalho é imprescindível para que o capitalismo alcance seu maior objetivo: o lucro. Sem ela não existe mais-valor, e isso faz com que no capitalismo o trabalho assuma uma peculiaridade: o trabalho assalariado. O trabalhador precisa vender sua mercadoria (força de trabalho) afim de satisfazer suas necessidades, e faz de tudo para que ela seja a melhor mercadoria possível e satisfaça as necessidades de quem a compra.

(...) o produto é propriedade do capitalista, não do produtor direto, do trabalhador. O capitalista paga, por exemplo, o valor da força de trabalho por um dia. Portanto, sua utilização, como a de qualquer outra mercadoria – por exemplo, um cavalo – que ele aluga por um dia, pertence-lhe por esse dia. Ao comprador da mercadoria pertence o uso da mercadoria, e o possuidor da força de trabalho, ao ceder seu trabalho, cede, na verdade, apenas o valor de uso por ele vendido. A partir do momento em que ele entra na oficina do capitalista, o valor de uso de sua força de trabalho, portanto, seu uso, o trabalho, pertence ao capitalista. Mediante a compra da força de trabalho, o capitalista incorpora o próprio trabalho, como fermento vivo, aos elementos mortos que constituem o produto e lhe pertencem igualmente. De seu ponto de vista, o processo de trabalho não é mais do que o consumo da mercadoria por ele comprada, a força de trabalho, que, no entanto, ele só pode consumir desde que lhe acrescente os meios de produção. O processo de trabalho se realiza entre coisas que o capitalista comprou, entre coisas que lhe pertencem. (MARX, 2013, p.336-337)

Seria um equívoco falar aqui que não é possível desenvolver potencialidades em meio ao capital, afinal o desenvolvimento das forças produtivas se deu enquanto um salto para satisfazer os objetivos desse modo de produção, o problema em questão é a contradição existente entre progresso do gênero humano e propriedade privada, o que faz com que as potencialidades sejam desenvolvidas à medida em que elas sejam viáveis, lucrativas e “para modificar a natureza humana de modo que ela possa adquirir habilidade e aptidão num determinado ramo do trabalho e se torne uma força de trabalho desenvolvida e específica, faz-se necessária uma formação ou um treinamento determinados”(MARX, 2011, p.319).

O produtor se encontra em contradição e separado das condições objetivas do gênero humano em si para cultivar todas as suas qualidades humano-sociais. O capitalista, movido pela valorização de capital, somente se apropria e cultiva a sua personalidade humana no estranhamento social com os produtos sociais e com outros indivíduos sociais. (EVANGELISTA, 2019, p.241)

Quem produz o mundo, não possui condições materiais para desfrutá-lo. Aquela potência, o saber adquirido, assim como o produto final do processo de trabalho não lhe pertencem. A centralidade do trabalho na vida do indivíduo burguês faz com que este dedique todo o seu tempo e esforço para a capacitar sua força de trabalho. Paralelamente, as potencialidades afetivas e artísticas, por exemplo, ficam de escanteio, em menor ou maior grau, a depender da posição que o sujeito ocupa na sociedade de classes.

Trata-se, portanto, não de um indivíduo isolado, mas de minimamente uma família de trabalhadores, de um conjunto de pessoas, de uma classe, que nasce, vive e morre com um mesmo objetivo. Toda a formação de crianças e adolescentes é direcionada a criar uma força de trabalho que cumpra o seu papel enquanto mercadoria.

“O trabalho dignifica o homem” é um ditado constantemente pronunciado e carrega inclusive um significado bíblico, porém sua veracidade há de ser questionada na ordem capitalista. Se os sujeitos tivessem a igual chance de desenvolverem suas potencialidades, de utilizarem o trabalho para realmente satisfazer amplamente suas necessidades, aí sim talvez seja possível colocar o trabalho enquanto dignificador do ser social. Entretanto, não é o que acontece na sociabilidade burguesa, pelo contrário, o funcionamento do capital tira toda a dignidade dos indivíduos e não dá nem ao menos liberdade para que se tenha uma vida digna.

2.2. Impactos sobre a consciência

Falar sobre a cisão entre o produtor e as condições objetivas de produção é falar também de como essa cisão representa a separação do sujeito de sua subjetividade que por vezes é estranhada. Como apresentado no capítulo anterior, a subjetividade do indivíduo que trabalha é transformada no processo de trabalho, uma vez que esse processo é fracionado pelo modo de produção capitalista, o indivíduo também teria a construção de sua subjetividade rompida. Separar o trabalhador das condições do processo de trabalho que ele próprio realiza é fazer com que ele veja o mundo que o gênero humano produziu como algo alheio e estranho (EVANGELISTA, 2019) e as potencialidades por ele desenvolvidas são usurpadas para que sirvam de instrumentos de domínio e exploração. As necessidades sociais dos indivíduos se submetem à realização do valor através da troca de mercadorias, uma vez que o que se objetiva não é satisfazer necessidades humanas e sim a necessidade do capital.

Como já anteriormente apresentado, a necessidade social motiva os homens a intervir sobre a realidade, transformando as relações causais, pondo finalidade sobre suas ações através do desenvolvimento de potencialidades. Entretanto,

Na subsunção do valor de uso pelo valor, o produto do trabalho humano, expressa a subordinação de todo o dispêndio vital humano como meio, veículo, portador do valor. O trabalho e o produto do trabalho, o dispêndio vital dos homens materializado na coisa, se tornam meros meios, veículos, portadores do valor de troca. (EVANGELISTA, 2019, p.247)

Ou seja, não é somente o valor de uso que é subordinado ao valor, mas também as potencialidades humanas que em meio a realização do capital são direcionadas à produção de mercadorias e aquelas habilidades que outrora serviram para satisfazer as necessidades humanas, com o desenvolvimento da sociabilidade burguesa, passam a ser mercadorias. O conhecimento científico é um exemplo claro disso. Pesquisar hoje possui caráter mercantil uma vez que a finalidade é produzir mercadorias, seja capacitando a força de trabalho de um professor, seja para provocar pequenas melhorias em um robô.

Uma vez que a maior parte da população mundial está submetida ao trabalho assalariado, são desenvolvidas as potencialidades voltadas para este fim em detrimento de outras que os sujeitos, em sua maioria, nem chegaram a explorar ao longo de suas vidas. As relações entre os sujeitos estão permeadas por relações mercantis, não só na esfera da produção, mas também na reprodução da vida, seja na arte, na ciência ou na religião e o

processo de exteriorização, vital para o gênero humano, torna-se estranho (EVANGELISTA,2019). A forma como os indivíduos se apropriam do mundo se concretiza, na sociabilidade burguesa, através de relações de posse, “ter” aparenta ser sinônimo de realização, mesmo que, em sua essência, não seja.

Nesse sentido, cabe ressaltar que a teoria valor-trabalho exposta por Marx (2013) em O Capital, traz em seu cerne que o valor dos bens, das coisas, expressos nos seus preços, está relacionado ao tempo necessário para produzi-los. Se uma mercadoria possui o valor maior do que outra é porque tem mais tempo de trabalho embutido, porém esse tempo de trabalho é socialmente determinado pela tecnologia, qualidade dos objetos/matéria prima e pelo trabalho abstrato que não diz respeito à atividade exercida pelo tecelão ou pelo alfaiate, não considera a forma pela qual este tempo de trabalho é efetivado. Não é uma questão de comprar barato e vender caro, mas sim da força de trabalho que é consumida e produz valor e mais valor.

O produtor real como simples meio de produção; a riqueza material como fim em si mesmo. E, portanto, o desenvolvimento dessa riqueza material como fim em si mesmo. E, portanto, o desenvolvimento dessa riqueza material em contradição com o indivíduo humano e a expensas deste. (MARX, 1978, p.69)

Segundo Marx (2013), o valor que a mercadoria força de trabalho produz, no tempo de trabalho comprado pelo capitalista, é maior do que seu valor de custo. É o processo de trabalho descrito ao longo do Capítulo 1 dessa pesquisa, através do qual é possível transformar um tecido em um quadro bordado, porém apropriado pelo burguês. Compra-se a força de trabalho por um salário que possibilite sua reprodução, e com ela as “x” horas de jornada de trabalho - horas de trabalho necessário + horas de trabalho excedente - que possibilitam lucro ao capitalista.

Dessa forma, podemos inferir que o tempo do trabalhador é também uma mercadoria que precisa ser vendida, pois dela advém seu sustento. Então, não há muitas possibilidades de escolha ao direcionamento do tempo dos sujeitos, não há também liberdade. O fato do sujeito ter que se submeter ao trabalho assalariado, uma vez que é essa a forma com que ele consegue satisfazer suas necessidades na sociabilidade burguesa, já seria uma forma de limitar sua liberdade. Portanto, a escolha de quais potencialidades serão exploradas também não é livre. Se o sujeito dedica a maior parte do seu dia à venda de sua força de trabalho, não há liberdade de escolher entre trabalhar ou realizar uma atividade artística, como

pintar, dançar, esculpir ou desenvolver a habilidade da escrita e leitura. Essas atividades quando são realizadas acontecem de forma rápida, não há tempo ou disposição para a leitura de um livro, a tendência é preferir um artigo. Não há tempo para pensar no que comer e como preparar o alimento, come-se qualquer coisa de qualquer jeito, afinal a prioridade é sempre o trabalho e dedica-se todo o tempo a ele.

O direcionamento do tempo na sociabilidade burguesa está associado principalmente ao trabalho, uma vez que este é central para o modo de produção capitalista, porém através da hegemonia burguesa essa centralidade é estendida não só às condições materiais, mas também à subjetividade dos sujeitos

(...) entendemos que a criação do modelo é obra de indivíduos que só puderam criá-lo porque eram representantes de uma classe (...) Uma coisa é o burguês, o proprietário dos grandes meios de produção, o industrial, o empresário, o banqueiro, o grande comerciante. Outra coisa é o “tipo humano” que a burguesia, no exercício da hegemonia, permite que se desenvolva a sociedade. (...) trata-se de um condicionamento promovido, não pela burguesia, diretamente, mas pelo conjunto da sociedade burguesa, quer dizer, pelas características do “sistema” social estruturado sob hegemonia da burguesia. O comportamento do burguês como tal corresponde de maneira mais ou menos direta aos grandes interesses da sua propriedade; já os movimentos do homem burguês como “tipo humano” apresentam uma enorme diversidade, uma riqueza bem mais surpreendente de contradições. (KONDER, 2000, p.15)¹⁵

Dito isso, é possível que o indivíduo burguês tenha liberdade para decidir, de forma consciente, como viver e dedicar o seu tempo? Como já fora apresentado, para que se tenha liberdade é necessário conhecer o maior número possível de cadeias causais, ou seja, ter domínio, poder escolher sobre a realidade e sobre o que se pretende intervir é ter liberdade.

Marx, nos seus manuscritos parisienses de 1844, elaborou uma concepção do homem extremamente original e vigorosa. Convencido de que o ser humano se manifestava por meio da sua atividade, transformando o mundo e se transformando a si mesmo através da sua práxis, e certo de que a forma fundamental da *práxis* era o trabalho, a atividade teleológica a qual pela primeira vez apareceu a relação sujeito objeto, o pensador socialista alemão indagava: por que o trabalho, de atividade essencial da autocriação humana, transformou-se naquela realidade abominável que podia ser vista, quotidianamente, nas fábricas do século XIX? (KONDER, 2000, p.19)

O questionamento de Marx se faz presente e sabe-se lá quando será superado. Além de habilidades manuais, científicas e artísticas, a centralidade do trabalho também

¹⁵ A questão desembocará no debate de consciência de classe proposto por Mészáros (2008), que será feito adiante.

coloca limites ao desenvolvimento de potencialidades intelectuais, do conhecimento científico.

Nesse sentido, é necessário dar um passo importante rumo à crítica à ideologia, para isso é fundamental começarmos com a distinção entre alienação e estranhamento. Segundo Ranieri (2006), há em Marx uma diferença entre as categorias alienação (*Entäusserung*) e estranhamento (*Entfremdung*). A primeira seria inerente ao homem em seu processo de exteriorização, de objetivação, de distanciamento, próprios da práxis humana. Já na segunda, as expressões ideais objetivadas voltam contra os seres humanos como uma força estranha e hostil que os controla, deriva de uma formação histórica específica, não é comum e universal a todas as épocas, é própria do modo de produção capitalista. O fenômeno do estranhamento se desenvolve à medida em que o trabalho é expropriado daquele que o realiza, da mesma forma que são expropriadas as potencialidades do sujeito que produz. Ou seja, a alienação é própria do desenvolvimento do trabalho enquanto uma atividade concreta, trabalho concreto, divisão social voltada a satisfazer necessidades humanas, enquanto o estranhamento está presente nas relações assombradas pela propriedade privada dos meios de produção personificado através da produção de mercadorias, reiterando a cisão entre o trabalhador e sua força de trabalho. A apropriação do trabalho em uma sociedade de classes “faz com que a alienação apareça enquanto um fenômeno *concêntrico* ao estranhamento.” (RANIERI, 2006, p.1), em outras palavras, uma dimensão da alienação que se expressa como estranhamento e que pode ser superada, se superadas as condições que produzem o estranhamento.

O desenvolvimento da consciência, tal como anunciado no capítulo anterior, relaciona-se ao próprio desenvolvimento humano e a divisão do trabalho, onde consciência e produção se expressam em um movimento dialético e a primeira não é, ao contrário do que muitos pensam, subproduto da segunda (MÉSZÁROS,2008). A consciência social de uma época constrói uma representação mental do mundo material tal como ele é. Entretanto, o antagonismo presente em uma sociedade de classes fortemente marcada pelo estranhamento produz uma consciência social em forma de ideologia, ou seja, uma expressão da consciência estranhada, uma realidade invertida que se expressa através de representações, de símbolos, da linguagem, a construção de um universo ideal, um conjunto de ideias, que nas condições de estranhamento, mascara determinadas ações ao invés de revelá-las (IASI, 2015).

A ideologia pode então ser considerada por nós enquanto um dos limites colocados ao desenvolvimento de potencialidades dos sujeitos, uma vez que condiciona a forma como se vive, reforça o antagonismo entre classes, mantém a dominação de uma classe sobre a outra de modo que oculta, inverte e naturaliza aquilo que não é natural, mas sim histórico, com o intuito de tornar interesse particular da classe dominante um interesse universal, submetendo os indivíduos a essa força estranha (IASI, 2015).

Parece-nos que Marx e Engels associam a ideologia a expressão ideal, a consciência social, de uma determinada sociedade na qual predomina o estranhamento. A ideologia seria a forma da consciência social em uma sociedade na qual as relações estão estranhadas por uma cisão produzida na própria produção social da vida. Mais do que isso, no desenvolvimento de seus estudos estabelecem a conexão precisa entre a forma particular do trabalho produtor de mercadorias sob a sociedade do capital e a ideologia que lhe é associada e sua função no campo da dominação de classe. (IASI, 2015, p. 13-14)

Dessa forma, é plausível dizer que a ideologia coloca limites ao modo como se pensa e direciona o desenvolvimento das habilidades humanas à sua manutenção através da religião e da moral, por exemplo, reforçando ideias que não tem relação alguma com o movimento real, ou à medida que direciona as referências de leitura, os programas midiáticos, a educação em um sentido de embrutecimento dos indivíduos.

A solução de parte do problema estaria na crítica à ideologia, que pode manifestar-se pela ciência, pela filosofia da práxis, por um conjunto de ideias que permite desnaturalizar a sociabilidade burguesa, colocando história nos fenômenos, mostrando suas determinações. Esse enfrentamento da classe trabalhadora, que vai de encontro a ideologia, seria o desenvolvimento de uma consciência de classe, questão que será tratada a seguir.

2.3 Consciência de Classe

Nos limites desse texto, faremos apontamentos sintéticos no que tange a problemática das “classes” e “consciência de classes”, através do marxista húngaro István Mészáros. Começamos por uma diferenciação entre divisão social do trabalho funcional (voluntária) e divisão do trabalho estrutural (imposta). A primeira é essencial para que o indivíduo realize sua objetivação no mundo, já a última, com raízes no trabalho alienado¹⁶, é

¹⁶ Anteriormente, nos referimos a alienação e estranhamento enquanto fenômenos distintos, sendo o primeiro inerente ao processo de exteriorização e objetivação do desenvolvimento humano e o segundo presente somente nas relações capitalistas de produção. Entretanto, na tradução para o português, não há em Mészáros (2008) essa diferenciação e o estranhamento aparece como uma alienação tipicamente capitalista.

um pressuposto para o surgimento da indústria em larga escala, mercado mundial e aqui a parte que mais nos interessa: classes sociais (MÉSZÁROS, 2008)

Falar do antagonismo estrutural entre classes é fundamental para esta pesquisa, pois da mesma forma que o trabalho é subsumido ao capital o indivíduo é subsumido a sua classe, colocando sua consciência a serviço da alienação e limitando consideravelmente a ampliação de suas potencialidades, dando lugar à concorrência desenfreada e a crescente disputa de indivíduos contra indivíduos inclusive da mesma classe, uma vez que existem subclasses e subgrupos com interesses diversos.

A classe se automiza, por sua vez, em face dos indivíduos, de modo que estes encontram suas condições de vida predestinadas e recebem já pronta da classe sua posição de vida e, com isso, *seu desenvolvimento pessoal; são subsumidos a ela*. É o mesmo *fenômeno* que o da subsunção dos indivíduos singulares à *divisão do trabalho* e ele só pode ser suprimido pela superação da propriedade privada e do próprio trabalho. (MARX, 1980, *apud* MÉSZÁROS, 2008, p. 75)

Segundo Mézáros (2008), há em Marx uma multidimensionalidade de conceitos o que também gera dificuldade na compreensão da teoria de classes e da consciência de classe. Além das categorias serem estruturalmente inter-relacionadas elas também são inerentemente históricas, ou seja, nenhuma categoria é independente. “Classe” e “consciência de classe” só adquirem significado quando relacionadas aos fenômenos sociais e estabelecem com a produção material da vida uma relação dialética, em outras palavras, a consciência determina as estruturas econômicas ao mesmo tempo que é determinada por elas.

Assim, as modificações do mercado, a extensão posterior da divisão do trabalho, o incremento das forças produtivas da sociedade, a concentração do capital, as mudanças abrangentes no padrão social de consumo, o desenvolvimento do conhecimento científico, da comunicação, do transporte, da tecnologia educacional etc. - todos esses fatores têm um suporte vital no desenvolvimento das classes e da consciência de classe, do mesmo modo que os últimos fatalmente afetam os primeiros, de uma forma ou de outra. (ibidem, p.61)

A superação dos limites impostos pelas classes pode estar erroneamente relacionado, a mudança da “posição de classe” e “mobilidade social”, mas isso é marginal em relação à subordinação estrutural da classe trabalhadora à burguesia, uma vez que nenhum aumento de salário, mesmo que aparentemente significativo, pode romper com a condição de classe (MÉSZÁROS, 2008). A subordinação não é apenas material, mas também espírito-intelectual e está presente independentemente do salário, em um processo de desumanização dos sujeitos, distanciando-os das possibilidades de um desenvolvimento real

de potencialidades onde as fruições não estejam associadas somente ao “sentimento de ter” que na sociabilidade burguesa impera e torna medíocre o desenvolvimento da subjetividade.

Essa “mobilidade social” leva muitos a acreditarem no “aburguesamento do proletariado” e em uma “convergência de classes” quando na verdade essa “igualização” é limitada, parcial e isolada. São “fragmentos de uma imediaticidade fenomênica” (MÉSZÁROS,2008). O conceito de um possível “aburguesamento do proletariado” estaria ligado ao “fim da ideologia” em uma época que falar sobre capitalismo, burguesia e proletariado foi considerado obsoleto e ganharam força termos considerados “neutros” como “grupos de renda mais baixa e mais alta”, eliminando semanticamente o problema das classes. Isso, segundo o autor húngaro, possui um duplo propósito: aponta para uma polarização e desigualdade crescente, bem como para a concentração dos meios de produção nas mãos de poucos em escala global, ou seja, demonstra o contrário de uma de uma “igualização” e por outro lado, a concentração em detalhes fragmentados da imediaticidade fenomênica (MÉSZÁROS,2008). Não seria, portanto, o “fim da ideologia”, mas sim o seu uso ainda mais veemente, enquanto um recurso para vendiar os olhos dos trabalhadores e trancafiar sua consciência, o que por consequência reforça ainda mais os limites ao desenvolvimento das potencialidades humanas, uma vez que fortalece os interesses da classe dominante e as estruturas do capital.

Essa “igualização” entre as classes está relacionada às mudanças realizadas pelo grupo dominante que estarão sempre associadas a reformas e concessões que podem ser inclusive institucionalizadas. Tais mudanças se opõem aos interesses do grupo subordinado uma vez que prolongam sua subordinação e estão diretamente relacionadas a retenção da posição privilegiada que a burguesia tem na sociedade; mesmo que atendam a interesses de curto prazo dos indivíduos da classe trabalhadora, na realidade podem ir em direção contrária da mudança estrutural a longo prazo (MÉSZÁROS, 2008).

O papel ideológico do “fim da ideologia” é claro e ganha força principalmente no período pós-guerra onde muitos foram levados a crer na substituição da ideologia por uma ciência social factual, “manifestações disfarçadas de um tipo peculiar de “falsa consciência”- que rotula arbitrariamente o seu adversário de “ideólogo”, de modo a conseguir reivindicar para si, *por definição*, total imunidade a toda ideologia(...)” (ibidem, p.16, *grifos do autor*). Uma ciência que se diz “não ideológica”, que exclui os problemas ideológicos e simplifica questões complexas ao ponto de descartá-las, uma vez que coloca o modo de produção

capitalista como um “tipo ideal neutro”, característica fundamental da teoria de Max Weber que “define o capitalismo como uma “cultura”: “na qual o princípio norteador é o investimento de capital privado”.” (ibidem, p.19)

Essa “falsa consciência” torna-se um limite ao desenvolvimento da potência humana por desconsiderar elementos que são essenciais a nossa análise como, por exemplo, o antagonismo estrutural entre capital e trabalho.

(...) o pressuposto norteador contido na definição de “*investimento de capital privado*” como o princípio norteador do capitalismo, bloqueia de modo conveniente questão absolutamente crucial do inter-relacionamento estrutural entre o capital e o *trabalho*. O termo conspicuamente ausente do tipo de discurso weberiano é, sem dúvida, “trabalho”. E já que nenhum “espírito”- nem mesmo o “espírito do capitalismo”- consegue explicar a real constituição do capital (o “mecanismo” de sua constituição, por assim dizer), tais questões devem ser ou descartadas ou relegadas ao plano, intelectualmente secundário, de descrição de um determinado estágio da empiria. Portanto, é ideologicamente muito significativo que o “trabalho” não apareça no modelo geral. (ibidem, p.20)

Como dissemos anteriormente, um dos pressupostos para o enfrentamento da ideologia seria o desenvolvimento de uma consciência de classe. Não é nosso objetivo o aprofundamento da questão, tendo em vista os limites deste trabalho e a complexidade da temática. Ainda assim, achamos importante fazer alguns esclarecimentos e diferenciações que certamente contribuirão para a nossa análise, uma vez que os limites colocados ao desenvolvimento da consciência de classe e das potencialidades humanas, caminham juntos.

Marx estava completamente consciente da contradição entre a contingência sociológica da classe (estratificada e dividida por interesses de classes etc) em um momento determinado, e de seu ser como constituinte do antagonismo estrutural do capitalismo. Ele a chamou de contradição entre o ser e a existência do trabalho (isto é, a contradição inerente ao trabalho que existe como *trabalho assalariado*): uma contradição cuja solução é um pré-requisito necessário- em seu sentido dialético- para uma reestruturação bem-sucedida da sociedade. O fator crucial na resolução dessa contradição é, na visão de Marx, o desenvolvimento de uma consciência de classe adequada ao ser social do trabalho; (...) o ser dos grupos de proletários sociologicamente específicos em subordinação estrutural necessária ao capital em todos os estágios em todos os estágios do desenvolvimento capitalista, **quer os indivíduos envolvidos estejam conscientes dessa subordinação ou não.** (ibidem,p. 71-72, *grifos nossos*)

Os limites impostos à consciência do trabalhador são estruturais uma vez que são inerentes ao trabalho assalariado. A condição de subordinação desse indivíduo e de suas potencialidades ao trabalho independe de sua vontade, é um movimento inconsciente. É possível adquirir ciência desse movimento através do desenvolvimento de uma consciência de

classe proletária, “*a consciência do trabalhador, de seu ser social enquanto ser enquistado no antagonismo estrutural necessário da sociedade capitalista (...)*” (ibidem, p.72, grifos do autor)

Mesmo que os limites ao desenvolvimento de potencialidades humanas sejam impostos a todos os indivíduos, a classe trabalhadora cria barreiras particulares a seus membros, e estar ciente disso é o primeiro passo para a superação deles. É necessário, portanto, a superação da consciência de grupo e transcendê-la rumo a uma consciência global (MÉSZÁROS, 2008). A consciência de grupo torna-se mais um entrave ao desenvolvimento da potência humana em sua amplitude, uma vez que limita o fazer e o pensar dos sujeitos a atividades específicas, relacionadas a contingência de uma classe dividida, parcelada criando a ilusão de superação de questões que só podem ser ultrapassadas através de um processo dialético, organizado, a partir de condições históricas objetivas e específicas, guiadas por uma ação autoconsciente.

Essa estratificação do proletariado, a ação de grupos isolados, baseada em interesses específicos, a melhoria das condições de trabalho de alguns, impulsionada pelo desenvolvimento tecnológico, criam a sensação de superação de alguns limites impostos ao desenvolvimento de potencialidades (MÉSZÁROS, 2008). Entretanto, sabemos que isso não passa de uma ilusão reforçada pela ideologia.

Na visão de Marx, nenhum grau de desenvolvimento tecnológico implantado de modo capitalista pode eliminar a subordinação estrutural necessária do trabalho ao capital, independentemente dos tipos particulares de modificação que tiverem ocorrido no padrão ocupacional da sociedade. (ibidem, p.74)

A ideologia reforça fenômenos isolados e os coloca como conceitos fundamentais, quando na verdade são efêmeros, sem importância, mas criam uma barreira, impedindo que os sujeitos reconheçam os reais limites impostos a eles, bem como os caminhos para ultrapassá-los. Ou seja, “Sem um conjunto coerente de conceitos fundamentais, os fenômenos efêmeros não podem ser separados daqueles de significado duradouro(...)” (ibidem, p.75) e as fronteiras colocadas ao pleno desenvolvimento do indivíduo - concorrência, divisão do trabalho e propriedade - são reforçadas pelo antagonismo de classes.

A real superação da subordinação dos indivíduos às classes relaciona-se, à extinção das condições de desumanização e não pode ser alcançada sem a ação consciente do proletariado, não é uma “necessidade histórica” mítica (MÉSZÁROS, 2008). Para fins de

esclarecer a questão, faz-se necessária a distinção entre “classe em si” e “classe para si”, nas palavras do autor húngaro:

(...) o proletariado é uma classe em si e para si apenas na medida em que é objetivamente capaz de estabelecer uma *alternativa histórica* viável à sua própria subordinação estrutural, bem como à necessidade de subordinar qualquer classe a qualquer outra. (A extinção das classes, naturalmente, dá um fim à subordinação estrutural necessária do indivíduo à classe, uma relação que é substituída pela unidade não contraditória entre a parte e o todo: *o indivíduo social automeiado*.) (ibidem, p.79)

Dessa forma, algumas barreiras que impedem o desenvolvimento da potência humana já pontuadas anteriormente merecem destaque. A concorrência desenfreada maximiza a divisão do trabalho e impulsiona “a guerra de cada um contra todos”; o conflito de indivíduos da mesma classe, dada a existência de subgrupos e subclasses - como já citado anteriormente- impede com que os sujeitos se identifiquem e obstaculiza o desenvolvimento da consciência de classe que fica então fragmentada como uma “consciência de *status* ou consciência dos privilégios específicos” (ibidem, p.80)

O desenvolvimento de uma consciência de classe é primordial para que os sujeitos identifiquem os limites tidos como “naturais”, mas que lhes são impostos em escala mundial, uma vez que tais limites acompanham o desenvolvimento histórico-mundial do sistema capitalista. A tarefa é árdua e há de ser pensada em uma escala global, não pode ser simplificada.

A diferença fundamental entre a consciência de classe contingente e a consciência de classe necessária é que, enquanto a primeira percebe simplesmente alguns aspectos isolados das contradições, a última as compreende em suas inter-relações, isto é, como traços necessários do sistema global do capitalismo. A primeira permanece emaranhada em conflitos locais, mesmo quando a escala da operação é relativamente grande, enquanto a última, ao focalizar a sua atenção sobre o tema estrategicamente central do controle social, preocupa-se com uma solução abrangente, mesmo quando seus objetivos imediatos parecem limitados (por exemplo, uma tentativa de manter viva, sob controle dos operários, uma fábrica que esteja sucumbindo à “racionalização” capitalista). (ibidem, p.89)

É importante salientar que - mesmo com o necessário enfoque nos limites impostos aos trabalhadores - a sociabilidade burguesa coloca entraves ao desenvolvimento de potencialidades de *todos os indivíduos*. Nesse sentido é importante estabelecer uma distinção. Konder (2000) faz uma diferenciação entre burguesia e o “tipo humano” que ela, enquanto classe dominante, cria.

(...) trata-se de um condicionamento promovido, não pela burguesia, diretamente, mas pelo conjunto da sociedade burguesa, quer dizer, pelas características do “sistema” social estruturado sob hegemonia da burguesia.

O comportamento do burguês como tal corresponde de maneira mais ou menos direta aos grandes interesses da sua propriedade; já os movimentos do homem burguês como “tipo humano” apresentam uma enorme diversidade, uma riqueza bem mais surpreendente de contradições. (KONDER, 2000, p.15)

Os entraves ao desenvolvimento de potencialidades da burguesia se estabelece a medida em que essa classe “(...) satisfaz a sua necessidade social pela unilateralidade negativa da propriedade privada e pelo domínio formal da mercadoria. A satisfação aparece como “esvaziamento” dos sentidos, capacidades e necessidades sociais.” (EVANGELISTA, 2019, p.246).

O sujeito personifica estranhamento, uma vez que é determinado pela produção e suas habilidades são utilizadas como ferramentas de concorrência e não de satisfação de necessidades e desejos que, por sua vez, estão sempre subordinados a uma vontade alheia. A relação entre pessoas torna-se relação entre coisas e as habilidades em mercadorias, tudo se reduz à troca mercantil.

Evangelista (2019), em seus estudos marxianos, expõe um antagonismo entre indivíduo e gênero humano uma vez que existe uma cisão do sujeito com a atividade produtiva, com os meios de produção e do sujeito consigo. Pensar a que medida e como se dá o desenvolvimento de potencialidades no capitalismo é também pensar nessas relações.

Em uma perspectiva de totalidade, os indivíduos são peças de uma engrenagem produtiva mundial e suas potencialidades são ferramentas utilizadas para produzir produtos que adquirem “vida própria”. É estabelecida uma contradição:

O produto é o resumo e a cristalização desta nova objetividade do trabalho, e por isso, a efetivação do trabalho que se materializa, torna-se algo na realidade social. Neste sentido, o produto do trabalho humano é a efetivação da própria espécie humana como resultado da autoprodução material do ser humano. Porém, na sociabilidade burguesa, o produto como mercadoria transforma a “efetivação do trabalho” numa “desefetivação do trabalhador”; a “objetivação como perda do objeto e servidão ao objeto (MARX, 2004, p.80 *apud* EVANGELISTA, 2019, p.255)

A sociabilidade burguesa se apropria de todos os caminhos para que o sujeito não se reconheça na realidade que transforma, ou seja, é possível dizer que, uma vez que o desenvolvimento de habilidades possui a finalidade última de produzir mercadorias, a potência dos indivíduos também é um instrumento de servidão aos objetos. É a perda de si para produzir um produto, e para que se tenha acesso a ele é necessário colocar sua força de trabalho nas mãos do capitalista (EVANGELISTA,2019). O trabalho assalariado representa,

por vezes, o único caminho para que o sujeito exercite suas habilidades e ainda assim o processo ocorre de forma estranha a ele.

O trabalho, que no primeiro capítulo é tratado enquanto um modelo para a transformação da subjetividade, para o desenvolvimento de outras práxis e para o processo consciente de mudança da realidade, é apreendido pela sociabilidade burguesa de modo que, modificado pelo assalariamento, regride enquanto o caminho central para que se tenha acesso aos meios de subsistência e o que deveria representar a liberdade converte-se em prisão. Aquilo que poderia auxiliar os sujeitos a descobrirem e explorarem suas inúmeras capacidades, reduz-se a uma estratégia de garantia de sobrevivência. Tal pontuação nos leva ao seguinte questionamento: quem luta para sobreviver possui condições materiais, físicas e mentais para desenvolver suas potencialidades de forma plena?

Como vimos, a separação do produtor de seus meios de produção e subsistência é condição primordial para o desenvolvimento do capitalismo. Para que a maior parte da população tenha acesso a esses meios é preciso vender sua força de trabalho em troca de um salário, ou seja, para que o indivíduo consiga garantir sua existência é fundamental que seja, antes de mais nada, trabalhador.

Cada indivíduo precisa se subordinar as mediações do mercado para existir como sujeito físico, esta condicionalidade histórico-social de toda a individualidade moderna se impõe de forma dura e direta. Os indivíduos existem sob os parâmetros e critérios da reprodução da força subjetivas de trabalho. As dificuldades encontradas na apropriação privada do equivalente geral de mercadorias(dinheiro) colocam em risco a vida de cada indivíduo, a ponto de morrer de fome ou sobreviver em níveis abaixo das funções animais. (EVANGELISTA, 2019, p. 259)

A condição de trabalhador arranca da subjetividade dos indivíduos outras possíveis aptidões. Os sujeitos são qualificados e nomeados pela função que exercem: motorista de ônibus, o dono da mercearia, o traficante, o policial, o arquiteto, a assistente social, o juiz, o dentista, a professora, o padeiro, a farmacêutica... essas pessoas sanam seus desejos e vontades através do “sentimento de ter”, que encontra no dinheiro uma forma de ser realizado, é a “ autonomia do valor no domínio e poder de se apropriar da totalidade das relações sociais dos indivíduos entre si.” (EVANGELISTA, 2019, p.259)

O trabalho assalariado torna-se condição de sobrevivência, e ao invés de disporem de liberdade, tempo e condições gerais para a ampliação de capacidades diferentes das funções que exercem, os indivíduos são constantemente impelidos a trabalhar, às vezes desempenhando mais de uma função para conseguir satisfazer suas necessidades. O capital

está presente nas entranhas dos sujeitos, lhes toma a vida, faz-se presente em todas as relações sociais. Não há liberdade plena nem nas ações mais simples como comer, beber ou pensar. O sujeito torna-se escravo de suas próprias necessidades.

2.4. A particularidade brasileira

Até agora delineamos, em linhas gerais, alguns dos limites impostos pelo capitalismo ao desenvolvimento de potencialidades humanas em sua plenitude. Enquanto um sistema global essas barreiras são colocadas a todos os povos, uma vez que a produção, enquanto um momento preponderante, estabelece alguns padrões para sua realização no modo de produção capitalista como extração de mais-valia, propriedade privada, classes sociais, Estado etc., que estão presentes em todos os continentes. Entretanto, a forma como esse modo de produção se estruturou é diferente a depender do caminho de entificação do capitalismo, o que concede formações sócio-históricas diferentes aos países.

Por uma questão de pertencimento ao território, mas também pela conjuntura atual, repleta de um bolsonarismo escancarado, a escolha para pensar como o capitalismo se pormenoriza não poderia ser outra se não a particularidade brasileira. Para tanto, recorreremos à coletânea de artigos de José Chasin, intitulada como “A Miséria Brasileira”, mais especificamente a “Via colonial de entificação do capitalismo”. Segundo o autor, na Alemanha e na Itália, o desenvolvimento do capitalismo se dá de forma tardia - quando comparado aos casos clássicos (Inglaterra e França) - implicando um desenvolvimento mais lento das forças produtivas, o que retarda a industrialização. Chasin (2000), chama esse caminho de *via prussiana* marcado por uma conciliação entre o velho e o novo o que marca a “miséria alemã”. Consequentemente, essa via levou a “(...) transformação “pelo alto” o universo político e social contrasta com os casos clássicos, negando-se de igual modo ao progresso, gestando, assim, formas híbridas de dominação (...)” (CHASIN, 2000, p.24)

Existem proximidades entre a *via prussiana* referida acima e a *via colonial* de entificação do capitalismo. Alemanha, Itália e Brasil não conheceram uma revolução democrática, aqui também há uma industrialização atrasada e a conciliação do novo com o velho, a diferença é que em terras brasileiras o desenvolvimento do capitalismo ocorre de maneira hiper-tardia e faz com que nas décadas de 1920 e 1930, enquanto as nações da via prussiana se encontravam em uma rápida industrialização, haja no Brasil é um capitalismo incipiente (CHASIN,2000). Isso nos interessa, pois, uma vez identificadas discrepâncias e

similaridades, conseguimos obter considerações e particularidades importantes, não só da produção nesse território, mas também de seus indivíduos.

Nesse sentido, há de se pontuar, a formação sócio histórica brasileira e para isso recorreremos aos estudos de Caio Prado Júnior que traz considerações importantes sobre o papel do Brasil no capitalismo mundial. As condições aqui impostas colocaram os indivíduos em circunstâncias específicas de luta por sobrevivência, o que impacta diretamente na transformação da subjetividade do povo brasileiro, desde o regime colonial.

A formação deste país se deu, inicialmente, permeada pelo capitalismo comercial e posteriormente industrial, o primeiro assegurado pelo pacto colonial que reservava à metrópole o exclusivismo das transações comerciais. Desde o início do período colonial a produção brasileira voltou-se a satisfazer necessidades externas, inicialmente não havia desejo algum de povoamento (PRADO, Jr., 2011), a diferença climática entre as terras recém “descobertas” e a Europa causavam desconforto ao colono enquanto mero povoador, porém, em contrapartida, tal diferença torna-se um atrativo para que se obtenha produtos cuja produção não era possível em solo europeu, dessa forma “ (...) e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial(...)”(PRADO Jr., 2011, p.28)

Além disso, segundo o autor não havia em Portugal e na Espanha trabalhadores o suficiente e dispostos a povoar o “novo território”, as expedições ao Oriente causaram o esgotamento da metrópole portuguesa que recorria ao trabalho escravo em escala crescente. “Nada havia, portanto, que provocasse no reino um êxodo da população (...). Além disso, portugueses e espanhóis, particularmente estes últimos, encontram nas suas colônias indígenas que se puderam aproveitar como trabalhadores”. (PRADO Jr.,2011, p.27) Destaca-se aí uma particularidade das colônias ibéricas onde o trabalhador branco não aparece enquanto mão de obra, mas sim como comerciante, patrão, dono de terras, reinará então o trabalho escravo ao contrário do que ocorreu nas chamadas colônias de povoamento. A diferença do tipo de colonização faz-se importante para esta pesquisa uma vez que deixará cicatrizes diferentes aos povos e aos seus indivíduos, impactando em suas subjetividades, através do mesmo corte preciso de expansão do capitalismo comercial que utilizara-se das características de cada território a seu favor, como um teatro de marionetes.

O “sentido da colonização” no Brasil, segundo Caio Prado, é puramente comercial e repercutirá em toda a vida do país. O povoamento se deu posteriormente de forma

desigual concentrando-se primeiramente no litoral onde existiam condições favoráveis à abertura de portos e à produção agrícola, com terras mais férteis e úmidas (PRADO Jr., 2011, p.37) A expansão ao interior dessas terras acompanha a produção, reforçando o caráter eminentemente comercial da colonização, ocupavam-se os territórios a medida em que descobriram-se novos atrativos ao comércio exterior

A dispersão pelo interior, intensa e rápida, é da primeira metade do século XVIII, quando o ouro, descoberto sucessivamente em Minas Gerais (último decênio do século XVII), Cuiabá, em 1719, e Goiás seis anos depois, desencadeia o movimento.” (PRADO Jr., 2011, p.38)

Destaca-se também, segundo Caio Prado, a criação de rotas de modo a possibilitar o escoamento da produção sentido o oceano e facilitar a comunicação (correios). Em outras palavras, o povoamento pode ser visto enquanto um modo de organizar a produção seja de açúcar, tabaco, ouro, diamantes, algodão, café, dentre outros gêneros (PRADO Jr., 2011).

Onde não havia produção foi necessário pensar em um modo de proteger as terras que estavam sob domínio de Portugal contra possíveis invasões. Dessa forma, a metrópole promoveu um tipo específico de colonização em algumas áreas, como no caso de Santa Catarina, denominada colonização de casais, (...) isto é, famílias constituídas, com que se povoaram alguns pontos da colônia. O governo concedia-lhes passagem gratuita e facilidades para o estabelecimento: terras (sempre em pequenos lotes), instrumentos agrícolas, sementes etc.; (PRADO Jr., 2011, p.51)

Nesse sentido, algumas mediações importantes podem se destacar da particularidade do capitalismo no Brasil, como alguns murmúrios de desigualdade entre as regiões brasileiras que, posteriormente, em um movimento dialético, influenciarão no desenvolvimento das diferentes práxis sociais como a cultura, arte, educação etc, bem como na subjetividade dos indivíduos.

Todo o povoamento se deu de modo a sustentar o mercado externo, seja de forma direta como a criação de núcleos densos de ocupação para possibilitar a exploração de minas e terras, seja indiretamente através de formas subsidiárias como a pecuária, utilizada para abastecer esses núcleos. Alguns estados vão servir enquanto vias de acesso ou barreiras naturais contra o contrabando de ouro (PRADO Jr., 2011). Dessa forma, salta aos olhos que

(...) a colonização não se orienta no sentido de constituir uma base econômica sólida e orgânica, isto é, a exploração racional e coerente dos recursos do território para a satisfação das necessidades materiais da população que nela habita. Daí a sua instabilidade, com seus reflexos no povoamento,

determinando nele uma mobilidade superior ainda à normal dos países. (PRADO Jr., 2011, p.75)

Em outras palavras, o povoamento brasileiro se deu de forma totalmente irregular. A regra era clara: explorava-se até o esgotamento dos recursos naturais e quando não era mais possível extrair as preciosidades necessárias à manutenção da metrópole, o local era abandonado e a população deslocada. Através disso, é possível indicar, desde o período colonial, os limites impostos aos indivíduos, reféns de uma produção que nem sequer satisfazia suas necessidades, suas potencialidades humanas usadas como peças de um jogo do capitalismo comercial.

O mercado interno é um fator subsidiário, que apesar de ter sua importância, era sempre subordinado ao comércio metropolitano, uma vez que

linhas gerais e caracteres fundamentais de sua organização econômica, o Brasil continuava, três séculos depois do início da colonização, aquela mesma colônia visceralmente ligada (já não falo da sua subordinação política e administrativa) à economia da Europa; simples fornecedora de mercadorias para o seu comércio. Empresa de colonos brancos acionada pelo braço de raças estranhas, dominadas mas ainda não fundidas na sociedade colonial. (PRADO Jr., 2011, p.130)

As grandes propriedades, a monocultura e o trabalho escravo marcam o caminho pelo qual o capitalismo se estruturou em terras brasileiras e provocaram consequências à vida e à subjetividade de um povo que “nasceu” para servir.

A economia de subsistência, tinha um papel secundário na economia da colônia, era necessária para alimentar os trabalhadores de modo a garantir condições mínimas para que seus braços continuassem trabalhando - é como passar óleo em uma máquina para que não enferruje. Era voltada à plantação basicamente de mandioca, milho, arroz e feijão, que devido ao baixo valor nutricional levavam a subnutrição dos colonos. As demais culturas alimentares como hortaliças e frutas eram pouco consumidas.

O papel secundário a que o sistema econômico do país, absorvido pela grande lavoura (...) cria um problema onde a insuficiência alimentar se tornou quase sempre a regra. (...) sobretudo na Bahia e em Pernambuco, há um verdadeiro estado crônico de carestia e crise alimentar que frequentemente se tornam em fome declarada e generalizada. Isso ocorre sobretudo nos momentos de alta dos preços dos produtos da grande lavoura, quando sobretudo nos momentos de alta de preços dos produtos da grande lavoura, quando as atividades e atenções se voltam inteiramente para ela e as culturas alimentares são desleixadas e abandonadas. (PRADO Jr., 2011, p.171)

Mesmo em um quadro de “libertação econômica” no século XVIII, quando a indústria capitalista leva o pacto colonial ao declínio, a produção brasileira continua tendo como prioridade o comércio externo e o progresso econômico é marcado por um desequilíbrio financeiro e

reduzir-se-á cada vez mais aos poucos gêneros de sua especialidade e que se destinavam à exportação. Prolongava-se e se agravava assim, embora por efeito de outras circunstâncias, o sistema econômico colonial(...) O Brasil, já com tantas dificuldades para sair deste sistema que lhe tinham legado três séculos de formação colonial, e em função de que se organizara a sua vida, assistia agora a seu reforçamento: em lugar das restrições do regime de colônia, operava agora a liberdade comercial no sentido de resguardar e assegurar uma organização econômica disposta unicamente para produzir alguns poucos gêneros destinados à exportação. (PRADO, Jr., 1972, p. 82/83)

Era praticamente impossível que a pequena indústria brasileira sobrevivesse à livre concorrência e isso acarretaria consequências sociais uma vez que o artesanato antes modesto, mas que ocupava grande parte dos centros urbanos, fora massacrado pela produção manufatureira estrangeira que tinha, inclusive, o Brasil como um de seus compradores (PRADO Jr., 1972). A dificuldade em sobreviver desses sujeitos crescerá exponencialmente e a instabilidade social torna-se marca da população brasileira.

Ao que nos interessa, essa breve explanação sobre a formação sócio-histórica brasileira mostra que o Brasil possui, historicamente, um lugar particular na economia mundial o que confere especificidades ao desenvolvimento de potencialidades dos sujeitos brasileiros, historicamente exploradas por um processo de autovalorização do capital estrangeiro produtor de mercadorias, ou atuando indiretamente para que essa produção seja viabilizada. Os apontamentos feitos sobre essa grande “empresa comercial”, tão minuciosamente descrita nas obras de Caio Prado é fundamental para essa pesquisa, uma vez que

É desse tipo de organização em que se constitui a lavoura brasileira que derivou toda a estrutura do país: a disposição das classes e categorias de sua população, o estatuto particular de cada uma e dos indivíduos que as compõem. O que quer dizer, o conjunto das relações sociais no que têm de mais profundo e essencial. (PRADO Jr., 2011, p. 150)

A formação do capitalismo no Brasil, direcionou o modo como se dão as relações sociais, as práxis sociais, e paralelamente quais as potencialidades humanas seriam desenvolvidas e em qual sentido. O “sentido da colonização” é como uma erva daninha e Pensar na subjetividade de homens e mulheres brasileiros é pensar nas formas objetivas e

materiais de vida e como estes impactam nos processos de socialização e rebote na vida dos indivíduos, uma vez que objetividade e subjetividade se relacionam intimamente.

Os elementos apresentados nos permitem pensar a atualidade. Nascemos capitalistas periféricos e as características principais da empresa colonizadora ainda são predominantes. Não é só uma questão econômica, mas também ideológica, política e cultural que rebaterá na vida dos indivíduos brasileiros através das mais diversas formas e expressões da “questão social”, que reforçam as barreiras ao desenvolvimento de potencialidades, através da fome, da violência, da falta de condições dignas de moradia, da centralidade do trabalho assalariado precarizado enquanto caminho quase exclusivo para a sobrevivência, dentre outros que marcam o povo brasileiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“Estou preso à vida e olho meus companheiros.
Estão taciturnos mas nutrem grandes esperanças.
Entre eles, considero a enorme realidade.
O presente é tão grande, não nos afastemos.
Não nos afastemos muito, vamos de mãos dadas.”*

(Carlos Drummond de Andrade)

Antes de mais nada, é fundamental pontuar que os limites impostos pelo ensino remoto, dentre eles o período fragmentado e reduzido, trouxeram dificuldades e impediram que a temática fosse tratada com o rigor merecido. Preferimos deixar momentaneamente de lado algumas questões que precisam de maior cautela, e que poderão ser tratadas em um trabalho futuro.

Feitas as ressalvas, exporei em linhas gerais o caminho realizado e os achados desta pesquisa. As análises feitas ao longo deste estudo, foram propostas através das discussões realizadas nas disciplinas cursadas ao longo da graduação, principalmente “Trabalho e Sociabilidade”, “Direito e Cidadania Social” e “Processos de Trabalho”, bem como nos grupos de estudo já referidos - *dýnamis* e GEPTSSS. As referências utilizadas são marcadas por discussões densas, tendo sempre como base a teoria marxiana/marxista.

Começamos delineando, a virada ontológica de Marx, tal como discorre José Chasin. Expomos a partir dela o movimento onde o autor ressignifica a relação sujeito-objeto que orienta a nossa análise, para posteriormente dedicarmo-nos ao estudo da dialética entre objetividade e subjetividade, determinante para a transformação do indivíduo. Para este fim, recorreremos a obras como “Para uma ontologia do ser social II”, mais especificamente ao capítulo “O trabalho” de György Lukács, que permitiu iniciar nossas reflexões sobre o homem em potência, bem como os caminhos para o desenvolvimento de potencialidades no processo de trabalho, tais como a investigação dos meios, o domínio da própria consciência, disponibilidade de tempo e liberdade de escolha sobre o que se pretende intervir.

É através do trabalho enquanto um *modelo* para as mais diversas formas de práxis sociais que o homem desenvolve suas habilidades e transforma a si mesmo. Dizer que o

trabalho é um modelo, tal como propõe Ronaldo Vielmi Fortes, é brilhante para a investigação proposta. Não é o trabalho como categoria central e sim a categoria central do trabalho: o pôr teleológico. O trabalho é, portanto, ponto de partida para que o ser se realize de diferentes maneiras, mas não é caminho exclusivo para o desenvolvimento das potências humanas, ou seja, as habilidades humanas não se restringem, ou não deveriam se restringir, unicamente ao processo de trabalho. O aumento da produtividade, paralelamente ao desenvolvimento das forças produtivas, possibilita que o homem direcione sua intencionalidade às mais variadas atividades, àquelas que satisfazem não só as necessidades elementares, mas também as necessidades espirituais.

Em um segundo momento, trabalhamos os limites impostos pela sociabilidade burguesa ao desenvolvimento das potencialidades humanas. Neste sentido, sinalizamos a separação do produtor de seus meios de produção, desde o processo de acumulação primitiva até a subsunção real do trabalho ao capital. Vimos que o dinheiro, enquanto mercadoria genérica, compra inclusive a “força de trabalho” que quando consumida cria mais valor. Dessa forma, as habilidades humanas são vistas pelo capitalista enquanto uma forma de obter lucro. O trabalhador, por não possuir saída diferente, vende suas potencialidades em troca de um salário que se quer supre o conjunto de suas necessidades. A centralidade que o trabalho ganha na sociabilidade burguesa, na forma de trabalho assalariado, suga toda a energia que os indivíduos teriam para desenvolver suas potencialidades para além da produção, como as habilidades artísticas, por exemplo.

A subjetividade dos indivíduos é tomada por um processo estranho a eles, se submetem à realização do valor, a uma necessidade que não é alheia, uma necessidade do capital. A eles é tomado o tempo, a liberdade, a própria consciência. Desse modo, achamos pertinente tratarmos, mesmo que de forma pontual, do *estranhamento*. Iniciamos pela distinção necessária entre alienação enquanto um processo de objetivação, de exteriorização e o estranhamento, alienação tipicamente capitalista, uma força hostil que controla os sujeitos. A partir deste momento, caminhamos para a investigação, tomando como base os escritos de István Mészáros, sobre a consciência social, uma representação do mundo material tal como ele é. A problemática se estabelece quando o antagonismo entre as classes sociais produz uma consciência social em forma de ideologia, que condiciona a forma como se vive, seja através dos costumes, da arte, da moral, da filosofia ou da religião. A ideologia é um buraco negro que nos puxa a todo tempo.

Sinalizamos também que os limites ao desenvolvimento da potência humana em sua plenitude são impostos a todos os indivíduos, independente da classe social que ocupa e trouxemos através de Leandro Konder a concepção de “indivíduo burgues”. Apesar disso, centramos grande parte de nosso trabalho em como a sociabilidade burguesa impõe barreiras às vidas dos trabalhadores, por compreendermos a importância que esses sujeitos possuem historicamente. Nesse sentido achamos necessário dar determinado enfoque na “consciência de classe” e chamamos atenção para o fato de que a mudança de “posição de classe” e a “mobilidade social” não causam impactos significativos a estrutura da sociedade capitalista e por sua vez não desfaz as barreiras impostas ao indivíduos, pelo ao contrário, obnubilam a realidade por meio modificações apenas marginais. Dito isto, pontuamos a diferença entre “consciência de classe contingente” e “consciência de classe necessária”, uma vez que a última é fundamental para a luta revolucionária e superação dos limites impostos aos sujeitos.

Por fim, trabalhamos a “particularidade brasileira” através das obras do marxista brasileiro Caio Prado Júnior, identificando como o “sentido da colonização” impactou a realidade dos sujeitos deste país dos primórdios até a atualidade. Com este item tentamos indicar que quando a preocupação primordial é a sobrevivência não sobram esforços suficientes para que sejam exploradas outras habilidades de forma ampla e o potencial de homens e mulheres é consideravelmente limitado pela valorização do capital externo.

O que tentamos assinalar ao longo deste trabalho é que o leque de habilidades humanas, sejam elas manuais ou intelectuais, não pode ser explorado igualmente por todos nos limites na sociabilidade burguesa. Contudo, é necessário mencionar que não tivemos tempo para a tratativa de que algumas habilidades são desenvolvidas mesmo em situações extremas, aqui sinalizamos as formas de resistência que foram incorporadas à cultura e a história brasileiras, como a capoeira, por exemplo.

Inúmeros foram as análises e os caminhos deixados de lado e que sem dúvida alguma contribuiriam imensamente a este trabalho e que podem, em outro momento, ser apreendidos e incorporados. Tive contato com alguns deles, através de artigos, podcasts e lives, porém não consegui me apropriar com segurança e maturidade a ponto de inseri-los no texto. Aqui refiro-me principalmente às reflexões de Moishe Postone, que no Brasil foram tão bem acolhidas pelo Professor Mário Duayer e Paulo Henrique Furtado.

Marx, conforme argumenta Postone, ao formular uma “crítica do trabalho no capitalismo” com base na análise da especificidade histórica do trabalho, transformou a essência da crítica social baseada na teoria do valor trabalho de

“positiva” em “negativa” (2014, p. 83). A “crítica do trabalho no capitalismo” – a crítica negativa – tem como objetos da crítica tanto o capital como o trabalho e é desenvolvida com base no que poderia ser, como um potencial imanente da sociedade existente. (POSTONE, 2014, p.83, *apud* DUAYER, 2010, p.25)

Dentre as contribuições de Postone, está a análise da dominação abstrata do capital que tive acesso de forma mais clara através do podcast “Ontocast” com participação de Paulo Henrique Furtado.

O valor é ao mesmo tempo forma específica da riqueza abstrata da sociedade capitalista, forma de mediação social indireta e abstrata sob a forma da mercadoria e finalmente forma de dominação, uma vez que o trabalhador executa um trabalho determinado pela mercadoria. O que o trabalhador faz no ato de exteriorização é objetificar a própria relação social. A relação social que o sujeito tem com o resto da humanidade toma a forma de uma coisa, que tem vida própria, que é independente dele, que se movimenta tendo vontade própria e que ao se movimentar domina a vida do produtor. Em outras palavras, o valor instaura uma forma específica de estranhamento, do fetiche da mercadoria, da dominação abstrata. (FURTADO, 2021, *transcrição nossa*)

Neste podcast, Furtado expõe em consonância com Postone, que a crítica de Marx ao capital, considera, sem dúvida alguma, a exploração, mas que fundamentalmente a reprodução do ser sobre égide do capitalismo não ocorre sem a dominação abstrata. Formas de exploração, todavia, podem existir, e existiram, sem a dominação abstrata. Dessa forma, a crítica radical, segundo o autor, deve voltar-se simultaneamente às formas de exploração e às outras formas presentes no processo de trabalho.

Não está em minha alçada, e nem é a intenção discutir os caminhos para uma revolução. O que pontuo, dialogando com Duayer e Furtado, é que não é possível um projeto político emancipador pautado na redistribuição justa e igualitária de mercadorias. Para que haja uma emancipação humana efetiva, portanto, há de ser eliminada a forma mercadoria. Só assim será possível que os sujeitos desfrutem de seu potencial pleno, através de atividades para além do processo de trabalho. Só assim todos terão a oportunidade de fazer esculturas de vidro, bordar a Terra em nó francês, reproduzir borboletas em aquarela, e de a cada dia descobrir habilidades que estão além de nossa imaginação. O mal há de ser cortado pela raiz. Se o germe da forma mercantil persistir, ela renascerá. Qualquer saída que não rompa com as estruturas da sociabilidade burguesa, apenas reforçará os entraves postos ao desenvolvimento das potencialidades humanas em sua plenitude.

REFERÊNCIAS

- ARBIA, Alexandre Aranha. Liberdade, igualdade e politicidade. *In*: ARBIA, Alexandre Aranha. **A ilusão de controle da incontrolabilidade**: uma análise das formas ideológicas estatais (política e direito) a partir da crítica da economia política. Orientador: Yolanda Aparecida Demetrio Guerra. 2017. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017. p. 462. Disponível em: https://www.academia.edu/45618868/A_ilus%C3%A3o_de_controle_da_incontrolabilidade_uma_an%C3%A1lise_das_formas_ideol%C3%B3gicas_estatais_pol%C3%ADtica_e_direito_a_partir_da_cr%C3%ADtica_da_economia_pol%C3%ADtica. Acesso em: 25 nov. 2021.
- CHASIN, José. **Marx**: Estatuto Ontológico e Resolução Metodológica. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2009. 253 p.
- ESCURRA, Maria Fernanda. **O trabalho como categoria fundante do ser social e a crítica à sua centralidade sob o capital**. Verinotio, Rio das Ostras, n. 1, p. 12-29, 22 out. 2016. Disponível em: <http://www.verinotio.org/sistema/index.php/verinotio/article/view/338>. Acesso em: 25 nov. 2021.
- EVANGELISTA, Diogo Prado. O antagonismo entre o indivíduo e gênero humano na sociedade burguesa. *In*: EVANGELISTA, Diogo Prado. **Análise sobre as determinações histórico-sociais do antagonismo entre indivíduo e gênero humano na sociedade burguesa**. Orientador: Marcelo Braz Moraes dos Reis. 2019. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019. p. 229-277.
- DUAYER, Mário. **Marx e a crítica ontológica da sociedade capitalista**: crítica à centralidade do trabalho. Verinotio, Rio das Ostras, n. 1, p. 29-43, 22 out. 2016. Disponível em: <http://www.verinotio.org/sistema/index.php/verinotio/article/view/338>. Acesso em: 25 nov. 2021.
- FORTES, Ronaldo Vielmi. **As três determinações fundamentais da análise lukacsiana do trabalho**: modelo das formas superiores, prioridade ontológica e abstração isoladora Crítica da ideia da centralidade do trabalho em Lukács. Verinotio, Rio das Ostras, n. 1, p. 44-75, 22 out. 2016. Disponível em: <http://www.verinotio.org/sistema/index.php/verinotio/article/view/338>. Acesso em: 25 nov. 2021.
- HARARI, Yuval Noah. **Sapiens**: uma breve história da humanidade. Tradução: Janaína Marcoantonio. 1. ed. Porto Alegre: RS: L&PM, 2015. 452 p. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4899892/mod_resource/content/2/Sapiens%20Uma%20Breve%20Hist%C3%B3ria%20da%20Humanidade.pdf. Acesso em: 25 nov. 2021.
- IASI, Mauro Luis . **Alienação e ideologia**: a carne real das abstrações ideais. *In*: Marcos Del Roio. (Org.). Marx e a dialética da sociedade civil. 1 ed. Marília SP: Cultura Acadêmica, 2014, v. 1, p. 95-124.
- KONDER, Leandro. **Os sofrimentos do "homem burguês"**. 1. ed. São Paulo: SENAC, 2000. 115 p.

LUKÁCS, György. O trabalho. *In*: GYÖRGY, Lukács. **Para uma ontologia do ser social II**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013. cap. 1, p. 41-126. Disponível em: <https://philarchive.org/archive/JOHANO-5>. Acesso em: 25 nov. 2021.

MARX, K. Capítulo IV inédito. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.

MARX, Karl. **Crítica do Programa de Gotha**. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, Karl. **Grundrisse**. Manuscritos econômicos de 1857-1858. Esboços da crítica da economia política. Trad. Mário Duayer e Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **O Capital - Livro I**: crítica da economia política. Tradução: Rubens Enderle. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013. 1-325 p. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2547757/mod_resource/content/1/MARX%2C%20Karl.%20O%20Capital.%20vol%20I.%20Boitempo..pdf. Acesso em: 25 nov. 2021.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**: Crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2007. Disponível em: <http://abdet.com.br/site/wp-content/uploads/2014/12/A-Ideologia-Alem%C3%A3.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2021.

MÉSZÁROS, István. **Filosofia, Ideologia e Ciência Social**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2008. 232 p.

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. 446 p.

PRADO JR., Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1972.

RANIERI, Jesus. **Alienação e estranhamento**: a atualidade de Marx na crítica contemporânea do capital. *Idéias*, Campinas - SP, v. 12-13, p. 177-192, 2006.

ONTOCAST: Dominação abstrata do capital. Entrevistado: Paulo Henrique Furtado de Araújo. Entrevistadores: Gabriel Cardoso. Podcast. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/1FVQILOnl6t2fi4QCmgioi> Acesso em: 14 dez.2021.

ARMAS DA CRÍTICA: A crítica ontológica do capital- Aula 06- Curso livre Marx-Engels: a criação destruidora. Locução de :Mario Duayer. Boitempo. Podcast. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/3Gcoi98N28kRa8cMqldKX9> Acesso em: 14 dez. 2021.